

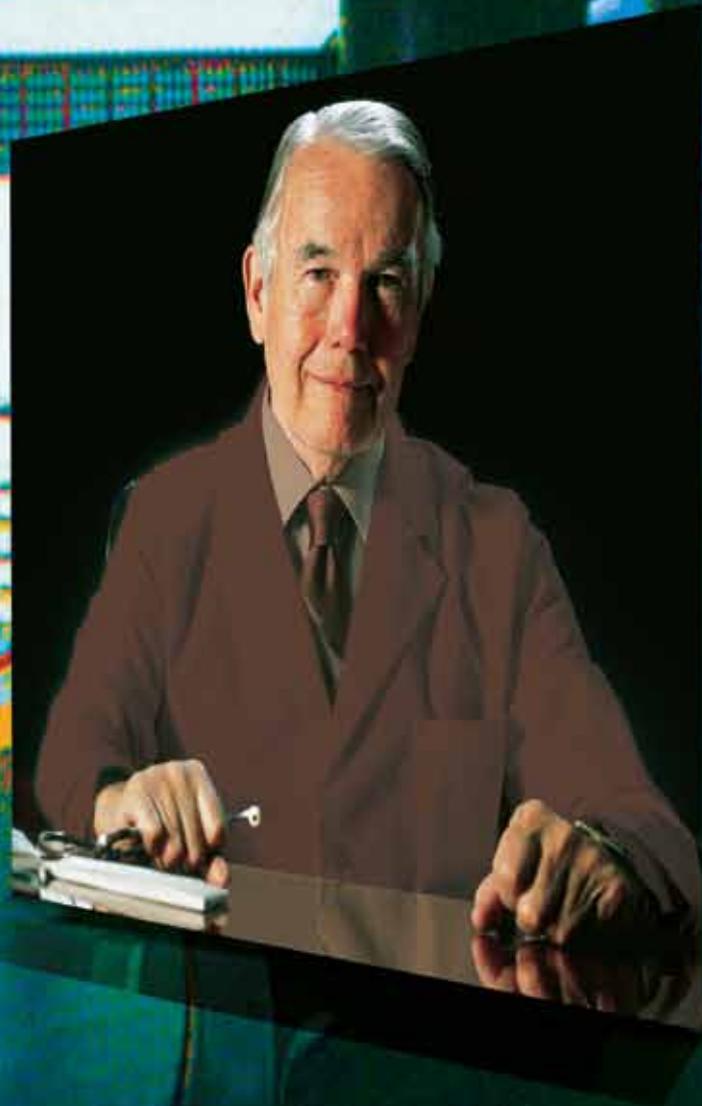
A

VOL. 13 - Nº 24 - ABRIL DE 2002

ISSN 1676-0336

TERCEIRAIDADE

SESC
SÃO PAULO



**Envelhecer Bem
no Trabalho**



A TERCEIRA IDADE

VOLUME 13 - No. 24 - ABRIL 2002

Publicação técnica editada pelo SESC
SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SÃO PAULO

SESC
SÃO PAULO

ISSN 1676-0336

A Terc. Id.	São Paulo	v.13	n.24	p. 1 - 88	abr. 2002
-------------	-----------	------	------	-----------	-----------

SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO
Administração Regional no Estado de São Paulo
Av. Paulista, 119 – 9º andar – CEP 01311-903
Tel. 3179-3570 São Paulo – SP

Diretor do Departamento Regional do SESC/SP
Danilo Santos de Miranda
Superintendente Técnico-Social
Joel Naimayer Padula
Gerente Interino de Estudos e
Programas da Terceira Idade
Antonio Arroyo

COMISSÃO EDITORIAL
Antonio Arroyo (Coordenação)
Lilia Ladislau
Maria Lucia Del Grande
Regina Sodré
Maria Aparecida Ceciliano de Souza
Valter Vicente Sales Filho
Marcos Prado Luchesi
Marcos Ribeiro de Carvalho
José Carlos Ferrigno, (Organização)

PROJETO GRÁFICO

Eron Silva
ARTE:
Cristina Miras
Cristina Tobias
Euripedis Silva
Marilu Donadelli
Lourdes Teixeira

Fotos
Eron Silva e Nilton Silva

Artigos para publicação podem ser enviados para apreciação da comissão editorial, no seguinte endereço: Revista A Terceira Idade – Gerência de Estudos e Programas da Terceira Idade (GETI) – Av. Paulista, 119 – 9º andar - CEP 01311-903 – Fone: (011) 3179-3570 Fax: (011) 3179-3573 e-mail: ferrigno@paulista.sescsp.com.br

A Terceira Idade/Serviço Social do Comércio. ST-Gerência de Estudos e Programas da Terceira Idade. Ano 1 n. 1 (set. 1988)- São Paulo: SESC-GETI, 1988-

Quadrimestral
ISSN 1676-0336

1. Gerontologia-Periódicos 2. Idosos-Periódicos I. Serviço Social do Comércio

CDD 362.604

Esta revista está indexada em:

Edubase (Faculdade de Educação/UNICAMP)

Sumários Correntes de Periódicos Online



7

ENVELHECER BEM NO TRABALHO: Possibilidades Individuais, Organizacionais e Sociais.

Anita Liberalesso Neri



28

DANÇA E ENVELHECIMENTO: Conceitos, Pesquisas e Experiências

Mônica de Ávila Todaro



38

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA O IDOSO

Ana Cristina Bretas



48

O ESTIGMA DA VELHICE: Uma Análise do Preconceito aos Velhos à Luz da Idéias de Erving Goffman

José Carlos Ferrigno



57

TRABALHO VOLUNTÁRIO COMO PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL DO IDOSO

Maria Cristina Dal Rio



73

ENTREVISTA COM O FILÓSOFO E PSICANALISTA RUBEM ALVES



APRESENTAÇÃO



Reiteradas vezes apontamos neste espaço a existência de um contingente numeroso de idosos e aposentados, excluídos de quaisquer chances de envolvimento com suas comunidades e, por conseguinte, alijados do mínimo exercício de cidadania. Por isso, temos denunciado sistematicamente a ausência de efetivas políticas sociais para esse segmento etário, nos níveis municipal, estadual e federal, sem nos esquecermos do papel decisivo da iniciativa privada, que não pode abdicar de suas responsabilidades sociais.

Nessa perspectiva, gratificamos-nos representar uma entidade mantida por empresários conscientes de seus compromissos comunitários. O SESC atende a cerca de 50.000 idosos, no Estado de São Paulo, com seus programas de Escola Aberta para a Terceira Idade e Grupos de Convivência. Essa ação pioneira, que hoje se soma à contribuição de outras entidades, tem colaborado para uma mudança importante do comportamento do idoso brasileiro.

O perfil do idoso está se trans-

formando. A um observador minimamente atento torna-se cada vez mais evidente a progressiva visibilidade social dos nossos velhos. A presença de pessoas idosas nos espaços públicos como ruas, praças, cinemas, teatros é notória. Obviamente, o expressivo crescimento da população idosa é um determinante fundamental para esse fenômeno.

Mas, não só. A participação social dos velhos, nas suas mais diversas formas, é também fator importante para torná-los mais visíveis socialmente. Parece-nos que, a despeito da desatenção das autoridades públicas, a Terceira Idade vem conquistando direitos graças a uma progressiva organização e mobilização de suas próprias forças. Nessa árdua empreitada, profissionais especializados e instituições têm jogado um importante papel. Os inúmeros encontros municipais, estaduais e nacionais de técnicos e de idosos, que o SESC de São Paulo promoveu ao longo das últimas décadas, criaram um expressivo ambiente de conscientização aos idosos e seus aliados. Como reflexo dessas



APRESENTAÇÃO

discussões, Conselhos Municipais e Estaduais proliferam por todo o Brasil.

A propósito, nesta edição artigos de reconhecidos profissionais da gerontologia abordam várias possibilidades de inserção social dos mais velhos, como o trabalho profissional, o trabalho voluntário e o lazer. Finalmente, destacamos a entrevista com o cronista Rubem Alves. Filósofo e psicanalista, trata-

-se de alguém dotado de grande perspicácia e sensibilidade para extrair profícuas lições do cotidiano. Suas histórias além de tudo são sempre saborosas. Sexualidade e afeto, finitude e transcendência, vida produtiva e relacionamento de gerações são alguns dos temas dessa descontraída conversa.

Danilo Santos de Miranda
Diretor Regional do Sesc de São Paulo

Envelhecer bem no Trabalho: Possibilidades Individuais, Organiza- cionais e Sociais

ANITA LIBERALESSO NERI

PROFESSORA TITULAR DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA EDUCACIONAL DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP. DOCENTE DE PSICOLOGIA DA VIDA ADULTA E DA VELHICE. e-mail: anitalbn@lexxa.com.br

“Dependendo de condições motivacionais, educacionais e ergonômicas e da estruturação do ambiente organizacional, os trabalhadores mais velhos podem manter níveis de funcionamento compatíveis com as exigências do mundo do trabalho. Se expostos a condições culturais adequadas, eles podem tornar-se especialistas e podem desempenhar importante papel na socialização de novos trabalhadores e na transmissão dos conhecimentos e valores corporativos”.

O forte declínio nas taxas de fertilidade e mortalidade e a crescente longevidade das populações vêm produzindo profundas mudanças no perfil etário dos trabalhadores e redelineamento das relações de trabalho em praticamente todo o mundo. É interessante lembrar que em 1871, na Alemanha, quando o Sistema de Seguridade Social foi introduzido, a idade para a aposentadoria era 70 anos, mas só 4,6% da população atingia ou ultrapassava os 65 anos. Hoje, 16% da população alemã tem mais de 65 anos, mas a idade média de aposentadoria caiu para 58 anos (Straka, 1998). Na França a participação de homens de 60 a 64 anos caiu de 68,8 % em 1965 para 23,1% em 1990; na Alemanha a queda foi de 78,1% para 31,5%; nos Estados Unidos de 79,2% para 53,8%, na Suécia de 83,0% para 64,1% e no Japão de 82,8% para 74,2% (Usui, 1998).

No Brasil, o envelhecimento populacional e as alterações nas regras da Previdência para a aposentadoria deverão provocar alterações cada vez mais visíveis na estrutura etária da população economicamente ativa. Na atualidade, a onda de desemprego gerado em parte pelo processo de globalização da economia, mas principalmente pela desigualdade na distribuição de bens e de oportunidades sociais afeta fortemente em cheio os adultos mais velhos. Uma vez desempregados, homens e mulheres de mais de 40 anos dificilmente encontram outra colocação, porque os postos de trabalho estão sofrendo um drástico corte. Em semelhante cenário, as economias sequer estão dando conta de criar novos empregos para atender à demanda da população jovem,

que dirá à dos mais velhos.

Nossas leis de proteção aos direitos dos mais velhos ao emprego e à aposentadoria, na prática, são letra morta. O afastamento dos trabalhadores antes dos 60 anos, ou mesmo antes do tempo que lhes permita completar o tempo para a aposentadoria coloca-os à margem do processo produtivo formal e do acesso aos já escassos benefícios sociais. Criam-se amplas redes de trabalho informal e de sub-emprego, insuficientes para garantir os direitos da cidadania e prejudiciais à produção de riqueza nacional.

Nesse contexto, os critérios utilizados para definir quem é idoso tornaram-se confusos: dependendo do ramo de atividade das organizações ou das ocupações, as pessoas podem ser consideradas como velhas antes dos 40 anos, caso do setor de informática ou dos cargos mais altos da administração de grandes empresas, que vêm cortando postos de carreira nesse nível. A situação se complica porque na sociedade e nos ambientes de trabalho vigoram certas crenças negativas a respeito das capacidades intelectuais e sociais das pessoas mais velhas, as quais muitas vezes estão na base da rejeição pura e simples dos mais velhos.

No entanto, há dados empíricos suficientes que contrariam a noção de que ocorre um declínio generalizado, universal e irrecuperável nas capacidades intelectuais e de trabalho dos adultos maduros. Mais que isso, há informações de que a falta de oportunidades para treinamento e para reciclagem de habilidades é a maior responsável pelo obsoletismo



“Por causa dos estereótipos correntes sobre velhice e envelhecimento, os trabalhadores mais velhos tendem a ser vistos como obsoletos, improdutivos, resistentes à mudança e desmotivados. Essas avaliações são apontadas como justificativas para não investir neles, visto que pouco se acredita no retorno dos custos do seu treinamento, e enfim para afastá-los do trabalho, para que seus erros não prejudiquem a organização.”

do trabalhador, e não a pretensa decrepitude dos adultos mais velhos. Ao contrário, ambientes de trabalho enriquecidos, inovadores e desafiadores contribuem para a manutenção e o progresso das capacidades humanas e para a satisfação de seus integrantes.

Este artigo tem como objetivos básicos discutir as razões que fazem do adulto maduro um ser mais ou menos competente no trabalho e demonstrar que o envelhecimento é processo heterogêneo, o que determina que pessoas que vivem sob diferentes condições de vida e de trabalho apresentem diferentes graus de competência intelectual e social no contexto laboral. Além disso, pretendemos apresentar providências sociais e organizacionais que podem colaborar para que os trabalhadores mais velhos sejam mais produtivos, eficazes, saudáveis e felizes.

QUEM É O TRABALHADOR IDOSO?

Até os anos 1960, a faixa de idade em que se considerava um trabalhador como idoso ia de 50 a 55 anos. Na atualidade, mesmo nos países desenvolvidos, adultos que mal atingiram 40 anos de idade são os primeiros a serem vítimas do desemprego e da falta de oportunidades de treinamento, com a alegação de obsolescência, ou seja de um envelhecimento indesejável ao mercado de trabalho.

Em contextos onde impera forte desigualdade social, traduzido em baixos índices de desenvolvimento humano, a idade cronológica chega a ser um elemento quase irrelevante para

definir quem tem acesso a oportunidades de trabalho formal. Mesmo assim, os trabalhadores idosos sofrem sensível desvantagem graças aos estereótipos que afetam as pessoas mais velhas no contexto do trabalho. Esses estereótipos estão solidamente ancorados em crenças correntes entre leigos, mas a medicina e a psicologia têm contribuído de maneira importante para a sua manutenção. Durante pelo menos 60 anos, no século XX, ambas defenderam conceitos negativos de velhice, identificando-a com doença, com incapacidade física e cognitiva e com tendência à rigidez e ao afastamento social.

Em ocupações caracterizadas por rápida mudança tecnológica e que por isso requerem constante treinamento e reciclagem de conhecimentos e habilidades, é maior a desvantagem para os trabalhadores mais velhos. Mesmo em países desenvolvidos, há evidências de pesquisa segundo as quais trabalhadores de mais de 40 anos têm menos oportunidades para educação permanente e continuada do que os mais novos.

Por causa dos estereótipos correntes sobre velhice e envelhecimento, os trabalhadores mais velhos tendem a ser vistos como obsoletos, improdutivos, resistentes à mudança e desmotivados. Essas avaliações são apontadas como justificativas para não investir neles, visto que pouco se acredita no retorno dos custos do seu treinamento, e enfim para afastá-los do trabalho, para que seus erros não prejudiquem a organização.

Felizmente há exceções. Certas atividades organizacionais geram diferentes conceitos quanto aos limites etários e às avaliações das

habilidades do trabalhador mais velho. Em empresas onde os procedimentos de trabalho permanecem inalterados por períodos mais longos, ou naquelas que precisam investir numa imagem conservadora das tradições, os trabalhadores mais velhos são mais valorizados do que naquelas em que o conteúdo de trabalho muda rapidamente, ou que pretendem destacar-se pela novidade. Há evidências de que hotéis e pousadas; fábricas de remédios, fraldas e comida para bebês; empresas de seguro e firmas de previdência privada tendem a valorizar a presença de pessoas mais velhas, quer na produção e na administração, quer na propaganda de seus produtos.

O fato de os trabalhadores mais velhos serem eficientes em muitas atividades que requerem persistência, precisão, experiência, capacidade de solução de problemas práticos, pontualidade, assiduidade e cuidado, bem como o fato de se mostrarem flexíveis e motivados a enfrentar desafios, desmentem muitos dos estereótipos correntes sobre o envelhecimento. Por outro lado, a realidade tem mostrado que, embora mais lentamente, com maior frequência de erros e com maior necessidade de ajuda do que os mais jovens, muitos adultos são capazes de adaptar-se às mudanças tecnológicas. Ou seja, a sua permanência no trabalho é um sinal de que os mais velhos são sensíveis ao treino cognitivo e capazes de generalização de novas aprendizagens, a despeito de estarem em desvantagem educacional frente aos trabalhadores mais jovens. Ambientes desafiadores exercem influência capital sobre a continuidade de seu funcionamento intelectual (Schooler, Caplan,

& Oates, 1998).

FALSAS CRENÇAS EM RELAÇÃO À VELHICE: IMPLICAÇÕES PARA O AMBIENTE DE TRABALHO

A pesquisa básica tem contribuído fartamente para demonstrar que muitas das crenças sociais sobre a perda de capacidades cognitivas, motivacionais e sociais decorrentes do envelhecimento não passam de mitos. Além disso, há um conjunto de crenças de caráter mais geral, com forte conotação de valor, que contribuem para discriminar os adultos mais velhos no mercado de trabalho (para uma visão mais detalhada sobre o assunto, ver o documento da Organização Mundial da Saúde (1999), cujo conteúdo é resenhado no próximo tópico.

Mito número 1: A maioria dos idosos vive nos países desenvolvidos

Falso. Na verdade, mais de 60% dos idosos de todo o mundo vivem nos países em desenvolvimento. Dos 580 milhões de idosos no mundo, 355 milhões vivem em países em desenvolvimento. A expectativa de vida vem aumentando na maioria dos países, principalmente em virtude do acentuado declínio na mortalidade prematura por infecções e por doenças crônicas e pela melhoria nas condições sanitárias, habitacionais, nutricionais, médicas, de vacinação e de controle de infecções. Ela é acompanhada por forte declínio nas taxas de fertilidade, pela disseminação dos métodos

contraceptivos.

Esses fenômenos já têm reflexos sobre os sistemas de saúde, que serão cada vez mais onerados pelos custos do aumento de doenças crônicas (principalmente as cardiovasculares, o diabetes e o câncer) e as incapacidades delas decorrentes e, ao mesmo tempo, terão que lidar com doenças infecciosas.

Lidar adequadamente com essas questões envolve as seguintes medidas:

- Proporcionar adequado atendimento e adequada promoção de saúde para pessoas de todas as idades;
- Capacitar os adultos mais velhos e os idosos a permanecerem ativos e participantes do processo de desenvolvimento;
- Combater os estereótipos que marginalizam os mais velhos no ambiente de trabalho;
- Proporcionar oportunidades para treinamento aos trabalhadores adultos e idosos;
- Promover a solidariedade entre as gerações.

Mito número 2: Os adultos mais velhos e os idosos são todos iguais

Falso. Eles são diferentes entre si, e na verdade a heterogeneidade tende a aumentar com a idade, por causa da diversidade de estilos de vida, de oportunidades educacionais, de situação econômica, de expectativas e papéis sociais e de personalidade, cujos efeitos são interativos e sobrepostos às influências genéticas.

Em todo o mundo os mais velhos tendem a ter nível educacional mais baixo, o que significa menor produtividade, saúde mais precária, mais incapacidade, estilos de vida menos

saudáveis, mais pobreza e menor longevidade.

A solução óbvia para os países em desenvolvimento é investir em educação desde a infância. As condições de vida dos adultos mais velhos e dos idosos que não tiveram acesso à educação básica e a constante treinamento profissional podem ser melhoradas por meio de informações e promoção de oportunidades para estilos de vida saudáveis, incluindo dieta equilibrada, exercício físico em doses adequadas e evitação do fumo e do álcool.

Mito número 3: Os homens e as mulheres envelhecem do mesmo jeito

Falso. Na verdade a velhice é um fenômeno preponderantemente feminino. A expectativa de vida das mulheres nos países subdesenvolvidos é de 50 anos e nos desenvolvidos de 80, mas em ambos vivem mais que os homens. Nos países desenvolvidos essa vantagem varia entre cinco e oito anos. No entanto as mulheres têm saúde mais precária do que os homens e são vítimas de osteoporose, diabetes, hipertensão, incontinência urinária e artrite. Os homens adultos estão mais expostos a doenças cérebro-vasculares e cardiovasculares do que as mulheres, mas depois dos 50 anos o risco das mulheres torna-se cada vez mais parecido com o dos homens. Há motivos biológicos para a maior longevidade das mulheres, mas também é necessário reconhecer que os homens são mais expostos aos efeitos deletérios do trabalho, principalmente quando mais jovens. Eles também são mais vitimados pela violência, por acidentes, pela pneumonia e por ataques

cardíacos, associados ao alcoolismo.

Em todo o mundo, mas principalmente nos países em desenvolvimento, as mulheres são discriminadas no trabalho e na educação, onde têm menos oportunidades do que os homens. Elas tendem a ser mais pobres na vida adulta tardia e na velhice.

De novo, entre várias outras providências, a educação aparece em primeiro plano para minorar o problema da qualidade de vida deficiente da maioria das mulheres mais velhas em nossa realidade. Através dela, as próprias mulheres podem ganhar acesso a melhores condições de vida, trabalho, renda e bem estar. Além disso, a educação pode ajudar as sociedades a serem mais igualitárias quanto a postos de trabalho, salários, benefícios, oportunidades educacionais e serviços de saúde.

Mito número 4: Os adultos mais velhos e os idosos não têm nada a oferecer à sociedade

Falso. Esse mito está ligado à associação equivocada entre produtividade e emprego formal. Porém, a produtividade manifesta-se também em trabalhos não pagos, mas de indiscutível valor econômico, como por exemplo cuidar de crianças pequenas enquanto os pais trabalham, cuidar de doentes e de idosos, fazer trabalhos voluntários, dedicar-se a agricultura, tomar conta da casa e ocupar-se no mercado de trabalho informal. É difícil quantificar o peso da economia informal sobre o Produto Interno Bruto em países como o Brasil, mas sabe-se que ela tem um peso importante, haja vista que, em períodos de elevadas taxas de desemprego,

o trabalho informal representa possibilidade de sobrevivência para uma vasta maioria da população.

Este mito é recorrente no trabalho, do qual os mais velhos são muitas vezes expulsos com a desculpa de que estão ultrapassados. No entanto, em ocupações tradicionais, baseadas na experiência, ou mesmo em organizações modernizadas, os adultos mais velhos podem usar sua experiência e seu conhecimento sobre as técnicas produtivas e sobre a cultura organizacional, para atuarem como mentores. O desemprego dos adultos mais velhos e dos idosos é mais devido à falta de oportunidades educacionais e de treinamento em serviço e aos preconceitos do que ao envelhecimento em si mesmo.

Mito número 5: Os adultos mais velhos e os idosos representam um peso para a sociedade

Falso. Como vimos, eles contribuem de várias maneiras para a sociedade onde vivem. Na verdade, esse mito tem origem na dificuldade de as nações desenvolvidas e em desenvolvimento darem conta de proporcionar benefícios e proteção social aos mais velhos. À falta de soluções as vítimas são apontadas como as culpadas pela sua situação. Entretanto, de fato, em todo o mundo, os mais velhos continuam trabalhando comumente até idade avançada. Nos países dominados pela agricultura homens e mulheres trabalham a vida toda. Em atividades informais são encontrados muitas pessoas mais velhas que nunca foram

formalmente empregadas porque não tiveram oportunidades educacionais para tanto, ou porque foram desempregadas precocemente.

No Brasil, a renda mensal vitalícia de cerca de US\$ 100,00, paga pelo governo a todo o cidadão de mais de 70 anos que provar que não tem como sobreviver, ou mesmo as aposentadorias do mesmo valor pagas aos que trabalharam por 35 (homens) ou 30 anos (mulheres), ou que têm mais de 65 (homens) ou 60 anos (mulheres), muitas vezes são a única renda assegurada de uma família de muitos membros, incluindo crianças. É interessante notar que aumenta no Brasil o número de famílias chefiadas por pessoas acima de 50 anos. A verdade é que as aposentadorias e pensões protegem os mais velhos e seus familiares contra a pobreza e, nesses casos, os idosos são um fator de equilíbrio social, e não uma carga.

Na verdade, ao contrário do que se pensa comumente, os países em desenvolvimento seriam beneficiados por investimentos na população de adultos mais velhos e idosos, por meio de:

- Programas de educação permanente e de recapacitação profissional que aumentassem a possibilidade de os mais velhos arranjam emprego;
- Eliminação da discriminação etária nos ambientes de trabalho;
- Promoção de adequadas políticas públicas e privadas de seguridade social que proporcionassem pensões e aposentadorias dignas, baseadas em sistema de capitalização, e não de repartição;
- Promoção primária, secundária e terciária da

saúde;

- Mudança no ponto de vista da sociedade quanto a que o envelhecimento populacional e a população mais envelhecida não são os maiores desafios a serem enfrentados, mas sim a mudança nas políticas econômicas, sociais e de saúde.

PADRÕES DE ENVELHECIMENTO: PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO

Falar em heterogeneidade e diversidade das experiências de envelhecimento e velhice corresponde a falar em padrões de envelhecimento. Eles são difíceis de serem identificados em estado puro, mas representam uma ajuda valiosa à compreensão e à descrição desses dois fenômenos do desenvolvimento. As tentativas de definição remontam aos anos 1960 e são descritas por Birren e Schaie (1996).

O padrão de envelhecimento normal, usual ou primário diz respeito às mudanças biológicas universais e de caráter não patológico, que são inerentes ao processo de envelhecimento. São exemplificadas por alterações hormonais associadas ao climatério, perda de massa óssea, perda de elasticidade da pele, presenças de rugas e de cabelos brancos, alterações sensoriais, e diminuição de força, destreza e vigor físico.

Embora existam muitas diferenças individuais, as alterações associadas à idade afetam as seguintes áreas de habilidade funcional de trabalhadores mais velhos: capacidades energéticas (metabolismo, circulação, respiração);

capacidades biomecânicas (força, mobilidade e resistência); capacidade para suportar e funcionar sob calor e frio; funcionamento psicomotor; tomada de decisão e controle da ação (Fiske & Rogers, 1997).

A aprendizagem e a memória são claramente afetadas pelo envelhecimento normal. Como a memória não é um simples repositório das experiências passadas, mas a base do pensamento e da aprendizagem, as perdas em seus sistemas de curto prazo e de longo prazo têm fortes reflexos sobre a capacidade cognitiva dos trabalhadores mais velhos. A memória de curto prazo é dividida em memória primária e em memória operacional. A memória de longo prazo inclui os sub-sistemas de memória episódica, semântica e processual.

A memória primária é o componente de armazenamento de memória a curto prazo. Seu funcionamento geralmente não é afetado pela idade, mas o processamento da informação sim, o que dificulta a realização de tarefas simultâneas, que requerem ao mesmo tempo o armazenamento e o processamento de informações.

A memória operacional é subjacente à habilidade de reter e manipular cada unidade de informação que cai sob o enfoque de nossa atenção, durante o processamento da informação. Ela está em jogo, por exemplo, na compreensão de textos, na resolução de problemas, na tomada de decisões, no cálculo e na manipulação do espaço. Pode ser afetada por perdas sensoriais, medo de fracasso e presença de elementos que causam distração, motivos pelos quais esse sub-sistema pode ser sensivelmente afetado nos

trabalhadores mais velhos, o que resulta em dificuldade de aprender.

A memória episódica está na base da retenção e da lembrança de experiências pessoais, assim como do lembrar que devemos fazer alguma coisa. Piora com a idade, principalmente quando a tarefa exigida relaciona-se com situações que envolvem a intenção de lembrar onde, por quem, por que ou quando uma informação foi originalmente adquirida. A oferta de apoio ambiental sistemático, como por exemplo sugestões visuais ou semânticas pode melhorar a memória episódica.

A memória semântica permite às pessoas usar palavras e idiomas e lhes fornece um sistema de representações abstratas que funcionam como suportes para o pensamento, a linguagem e a compreensão. É incomum declinar com a idade. Ao contrário, pessoas mais velhas costumam ter desempenho superior ao das mais jovens em tarefas que dependem de conhecimento léxico e conceitual, mesmo em tarefas que exigem “respostas na ponta da língua”, nas quais, no máximo, os mais velhos precisam de um pouco mais de tempo para acertar.

A memória processual também é conhecida como sistema não-declarativo, automático ou implícito, por tratar-se de um conjunto de habilidades pelas quais as experiências anteriores podem afetar o desempenho subsequente, até mesmo na ausência de consciência. Alguns tipos de memória processual envolvendo habilidades motoras (por exemplo digitação, operação de dispositivos eletrônicos ou mecânicos) e cognitivas (por exemplo pro-

gramar computador) podem ser afetadas pela idade, mas o problema se resolve dando-se mais tempo ao adulto mais velho para realizar a tarefa requerida (Smith, 1996).

Os trabalhadores mais velhos podem manter níveis altos de desempenho, até mesmo na presença de perdas em velocidade, tempo de reação, processos sensoriais e memória operacional, que são parte da inteligência fluida. Porém essas perdas podem ser compensadas pela especialização cognitiva e pela capacidade de selecionar prioridades, fatores esses que podem também compensar déficits causados por falta de treinamento ou por insuficiências ergonômicas.

Pessoas que envelhecem sem patologias podem apresentar alto grau de especialização cognitiva, derivada da influência da cultura, que supera as limitações decorrentes das limitações biológicas dependentes da idade. Apesar de eventualmente apresentarem déficits cognitivos, quando observados em situação de laboratório, os grandes especialistas são geralmente adultos mais velhos (por exemplo comandantes de linhas aéreas, grandes escritores, cientistas e artistas, empresários prósperos e executivos bem sucedidos).

Alguns adultos mais velhos e idosos apresentam comportamentos classificáveis como sábios, relacionados a um alto grau de domínio na resolução de problemas concernentes a assuntos controvertidos da existência humana, à capacidade de aconselhamento, a pensamento aberto, probabilístico, relativístico e que leva em conta o contexto. Especialistas mais velhos podem ser educacionalmente importan-

tes como modelos e mentores, especialmente em organizações que estimam a transmissão cultural de conhecimentos sobre os processos de trabalho e sobre os valores e crenças da organização.

O padrão de envelhecimento secundário diz respeito a mudanças patológicas ou a enfermidades associadas à idade, porque com o envelhecimento aumenta a vulnerabilidade a fatores externos de risco e a fatores intrínsecos de degeneração. Esse padrão abrange um amplo espectro de condições de saúde-doença, que implicam em condições de gravidade e de declínio variáveis, segundo a natureza dos acometimentos e dos cuidados com a saúde. Doenças cardio-vasculares e cérebro-vasculares mostram uma probabilidade de ocorrência que aumenta com a idade e que alcança seu pico na velhice; catarata e demência senil acontecem mais comumente na velhice mais avançada.

O importante é que não se pense que envelhecer é igual a ficar doente, uma vez que o envelhecimento normal não é doença e que o progresso social e a disseminação de hábitos de vida saudável fazem com que aumente o número de idosos saudáveis e bem-sucedidos na população.

O padrão de envelhecimento terciário diz respeito a um padrão de declínio terminal e é caracterizado por um grande aumento de perdas físicas e cognitivas em um período relativamente pequeno, ao cabo do qual sobrevem a morte, quer devido a doenças dependentes da idade, quer em decorrência da interação entre os processos de envelhecimento primário, secundário e terciário. Não se sabe ao certo se



esse é um padrão universal, mas o fenômeno de acumulação de perdas é reconhecido como ponto final de doenças terminais que acontecem em qualquer idade, embora sejam mais comuns na velhice.

O IMPACTO DO TRABALHO SOBRE O TRABALHADOR QUE ENVELHECE

A despeito da existência de dados científicos e de estereótipos sobre o declínio sensorial, cognitivo, social e motivacional de trabalhadores mais velhos, não há dados de pesquisa que estabeleçam com clareza a existência de uma relação negativa entre o envelhecimento e o desempenho no trabalho. Sabe-se que apenas um valor intermediário entre 4 e 25% da variância total no desempenho no trabalho pode ser atribuída ao declínio em capacidades cognitivas básicas (Hoyer, 1998).

De outra parte, vários estudos dão conta de que, em comparação com os mais jovens, os trabalhadores mais velhos são mais satisfeitos no trabalho e mostram taxas mais baixas de absenteísmo, de intenção de mudar de emprego e de acidentes de trabalho. Os trabalhadores mais velhos parecem ser mais controlados por recompensas intrínsecas, enquanto os mais jovens são mais controlados pelas extrínsecas.

Pesquisas realizadas na Inglaterra e nos Estados Unidos indicaram o período entre 40 e 50 anos de idade como o de apogeu da produtividade, principalmente em trabalhos que não envolvem força física. Porém, os trabalhadores mais velhos que têm que realizar tarefas

comumente realizadas por jovens tendem a se acidentar com maior frequência, têm maior dificuldade de recuperação dos danos e apresentam taxas mais elevadas de incapacidade e de morte. Diferentes adultos apresentam diferentes ritmos de envelhecimento, conforme sua atividade e seu status profissional. A continuidade das habilidades funcionais necessárias à realização das tarefas profissionais depende da sobrecarga física e psicológica que o trabalhador mais velho acumulou em decorrência do trabalho e das outras dimensões de sua vida. Depende também das condições do ambiente de trabalho, da educação recebida e da motivação (Cleveland & Shore, 1996).

Um envelhecimento e uma velhice bem sucedidos dependem da continuidade de boas condições de saúde, de atividade e de envolvimento. Além da ausência de patologias que comprometam o funcionamento, velhice bem sucedida sugere um funcionamento compatível com o de indivíduos mais novos e traduz-se em manutenção e otimização da competência em domínios selecionados do funcionamento.

Segundo Hoyer (1998) um envelhecimento competente no contexto do trabalho depende de uma combinação ótima entre as mudanças em exigências do contexto do trabalho e as capacidades, as habilidades e outras características dos indivíduos. Na verdade, trabalhadores de todas as idades têm potencial para oferecer contribuições valiosas e únicas a diferentes ambientes de trabalho. Deve haver sinergia entre as características do indivíduo e as do trabalho.

Os trabalhadores mais velhos podem

funcionar efetivamente, em parte por se basearem nas suas experiências anteriores que lhes permitiram adquirir uma base de conhecimento e habilidades, em parte por serem capazes de usar certas características do ambiente de trabalho como suportes para o seu desempenho. Esta possibilidade repousa amplamente sobre os mecanismos descritos no modelo de seleção, otimização e compensação (SOC) de Baltes e seus colaboradores (1990, 1997 e 1999).

Segundo o modelo SOC esses três mecanismos são centrais à ocorrência de desenvolvimento, envelhecimento e velhice bem sucedidos. A seleção, a otimização e a compensação podem acontecer em vários domínios do funcionamento (psicomotor, neurológico, cognitivo, motivacional, social e emocional); em diferentes níveis de análise (por exemplo, o comportamento individual e em grupo) e em diversos contextos (por exemplo a vida pessoal, a familiar e a laboral). Tais processos podem operar de modo ativo ou passivo, podem envolver consciência ou podem ser inconscientes. Podem envolver estratégias externas ou internas.

Por exemplo, adultos mais velhos podem confiar em ajuda externa tais como diários ou calendários para se lembrarem de compromissos sociais ou tarefas a cumprir. Motoristas mais velhos otimizam sua segurança, não dirigindo à noite ou em horários de tráfego intenso. Os pilotos de aviação comercial conseguem escolher rotas mais extensas, com menos partidas e aterrissagens, em virtude de seu conhecimento especializado que permite a escolha, e de seu status que determina que os mais novos os

respeitem.

Quaisquer ajudas externas projetadas para melhorar a habilidade de extrair informação do ambiente podem melhorar o desempenho de pessoas de qualquer idade, mas melhoram principalmente o desempenho de adultos mais velhos, cujo habilidade costuma declinar. Os adultos mais velhos podem se ocupar de estratégias para evitar distração e podem escolher uma forma de apresentação de material que os favoreça. Adultos de todas as idades podem auferir benefícios do uso de técnicas mnemônicas. Peritos mais velhos podem dispensar treino, ao passo que os mais jovens, não.

Por outro lado, a falta de oportunidades para aquisição das habilidades necessárias à administração de novas tecnologias pode ter conseqüências adversas ao desempenho, à motivação e à imagem social dos mais velhos (Sugar, 1996).

Trabalhadores mais velhos arriscados a perder o emprego, por causa da competição dos mais jovens, ou porque estão apresentando declínio no desempenho, podem desenvolver estratégias adaptativas para manter o emprego e a auto-estima. Para tanto, eles podem reestruturar sua hierarquia de metas; podem evitar envolvimento com altas exigências; podem aprender a racionalizar o uso do tempo, a delegar responsabilidades, a adotar um estilo participante de administração e a administrar a própria imagem social.

Segundo Featherman, Smith, & Peterson (1990), o modelo de seleção, otimização e compensação é também aplicável à análise

das carreiras. Segundo esses autores, as fases de desenvolvimento da carreira são: construção, manutenção, restauração e administração de perdas. Na fase de construção o principal processo envolvido é a especialização das competências; o processo secundário é a otimização de sub-especialidades. Na fase de manutenção predominam a otimização de sub-especialidades e a compensação por substituição. Na fase de restauração, o processo principal é compensação por substituição ou a não conservação de esforço, e o secundário é a otimização das sub-especialidades. Na fase de administração das perdas, o processo principal é compensação, que aparece como forma de conservação de tempo e energia e de focalização de uma área delimitada de especialidades, sob condições de declínio em competência.

COMO OS AMBIENTES DE TRABALHO PODEM FAVORECER A COMPETÊNCIA DO TRABALHADOR QUE ENVELHECE?

Embora hoje esteja ocorrendo um desemprego crescente entre adultos de mais de 40 anos, está aumentando a participação dos adultos mais velhos na força de trabalho. A exemplo do que ocorreu nos países desenvolvidos, essa participação deverá acentuar-se à medida em que as taxas de fertilidade e natalidade continuarem declinando. As estruturas organizacionais devem antecipar-se às mudanças que ainda estão por vir, para que consigam alterações relevantes ao progresso delas próprias e ao bem estar dos trabalhadores (Farr, Tesluk, & Klein, 1998).

A Ergonomia é uma ciência aplicada que se ocupa do planejamento de tarefas, operações, ambientes de trabalho, equipamentos e máquinas adequados às capacidades, às limitações e aos desejos das pessoas, com vistas ao aperfeiçoamento do seu desempenho, e à redução de perdas e desconfortos resultantes de acidentes, danos e doenças (Vercruyssen, Graafman, Fozard, Bouma, & Rietsema, 1996). Por Gerotecnologia entende-se o estudo do envelhecimento e das tecnologias que facilitem o auto-cuidado, o manejo da vida e do trabalho pelas pessoas mais velhas, bem como proporcionem adaptações ambientais compatíveis com a prestação de serviços médicos e de cuidado aos idosos (Sixsmith & Sixsmith, 1998). A promoção de interfaces entre ambas as disciplinas pode ajudar os trabalhadores mais velhos e a organização dos ambientes de trabalho no sentido de promover as seguintes vantagens para os trabalhadores maduros (Fiske & Rogers, 1997, e Goldberg & Ellis, 1996):

- 1) Prevenção de declínios em força, flexibilidade e persistência, comumente associados com o envelhecimento.
- 2) Melhorar o desempenho dos novos papéis proporcionados pelo envelhecimento.
- 3) Compensação do declínio em capacidades decorrentes do envelhecimento.
- 4) Aperfeiçoamento da utilidade funcional, da duração da carreira, e do desempenho no trabalho.
- 5) Diminuição do risco de acidentes e de problemas de saúde.
- 6) Individualização e flexibilização de tarefas

ocupacionais e de ambientes de trabalho depois dos 45 anos.

As perdas no desempenho visual e auditivo podem ser compensadas por intermédio das seguintes providências ergonômicas sugeridas por Fiske & Rogers (1997), e por Goldberg & Ellis (1996).

DESEMPENHO VISUAL

- 1) Aumente a iluminação e o contraste, especialmente quando os estímulos forem sutilmente detalhados e apresentados com pouco contraste de luz e sombra.
- 2) Evite ofuscamento e exposição a raios ultravioleta.
- 3) Utilize mais contrastes de cor em situações que envolvem discriminação sutil entre diferentes comprimentos de onda.
- 4) Evite apresentação simultânea de estímulos muito parecidos em situações que exijam discriminação refinada.
- 5) Forneça pistas, em situações em que a percepção de profundidade for importante.
- 6) Forneça correção ótica e condições especiais de iluminação, em situações que envolverem visualização a curta distância.
- 7) Apresente estímulos grandes, simples, claros, regulares e no centro do campo visual.
- 8) Evite situações que exijam tempos de reação muito curtos.
- 9) Evite tarefas concorrentes, para prevenir distração, uma vez que os mais velhos têm uma diminuição em sua capacidade de inibir informação irrelevante.
- 10) Forneça pistas que direcionem a atenção

para os estímulos relevantes.

DESEMPENHO AUDITIVO

- 1) Evite exposições prolongadas a ruídos.
- 2) Evite situações que exijam identificação e discriminação de sons de alta frequência.
- 3) Forneça pistas acústicas, maximizando as suas diferenças em amplitude, frequência e localização.
- 4) Minimizar reverberações e ruídos de fundo.
- 5) Ofereça estímulos claros, redundantes, ricos em contexto e relativamente graduados.
- 6) Maximizar diferenças em localização e em frequência, com o objetivo de melhorar a localização do som.

O contexto organizacional pode promover seleção, compensação e otimização por meio de procedimentos ergonômicos, usados isoladamente ou em conjunto com estratégias educacionais. A utilização de dispositivos ergonômicos, ou o replanejamento ambiental, promove um tipo de compensação que, do ponto de vista do trabalhador, poderia ser classificada como passivo. Estratégias educacionais utilizadas isoladamente, ou em combinação com procedimentos gerotecnológicos, exemplificam compensação ativa. Por exemplo, trabalhadores sedentários expostos a programas auto-instrucionais destinados à promoção de conforto postural podem melhorar o seu bem estar físico por meio de mudanças na mobília, pausas no trabalho e observação de aspectos selecionados da sua postura em relação ao posto de trabalho. A auto-observação pode ser consi-



derada como uma fase necessária e preliminar a qualquer processo de aprendizagem. Ela deve ser complementada pelo desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e repertórios motivacionais necessários à implementação das mudanças necessárias.

O ambiente organizacional pode beneficiar o trabalhador mais velho pela seleção, otimização e compensação de oportunidades educacionais que ajudem a desenvolver suas habilidades, seus valores e suas atitudes em relação ao trabalho e, além disso, promovam a saúde, a segurança e a qualidade do ambiente ecológico. As oportunidades educacionais podem ser críticas à adaptação de trabalhadores mais velhos, principalmente em situações de trabalho cognitivamente mais exigentes.

Elas também podem ser usadas para ajudar o trabalhador mais velho a enfrentar desafios resultantes do processo de envelhecimento normal, como é o caso específico das perdas em memória, quando é possível usar instrução e treinamento. São exemplos de estratégias mnemônicas internas: método mnemônico formal (por exemplo: método de localizações, acrônimos), imagística, associações, ensaio e rimas. Como exemplos de estratégias mnemônicas externas podem ser mencionados: calendários, listas de compromissos, diários, notas, lembretes, cronômetros e vários tipos de organizadores (por exemplo: arquivos, estantes, caixas, etiquetas, fitas de vídeo e de áudio).

As técnicas de ensino devem, no entanto,

levar em conta as características dos aprendizes adultos, para que não se corra o risco de insucessos, que no fundo poderão contribuir para a perpetuação dos mitos e estereótipos em relação aos trabalhadores mais velhos. As variáveis motivacionais são possivelmente as mais importantes para a participação dessas pessoas em experiências de aprendizagem. Cross (1981, apud Straka, 1998) lembra que o envolvimento dos trabalhadores mais velhos em oportunidades educacionais proporcionadas pelos ambientes de trabalho é influenciado pelas seguintes variáveis:

- 1) Auto-avaliação;
- 2) Atitudes em relação à educação;
- 3) Importância das metas e das expectativas de que as metas poderão ser alcançadas;
- 4) Momento do desenvolvimento pessoal atravessado pelo aprendiz (por exemplo, ele está atravessando algum momento crítico ou de transição em sua vida pessoal, familiar ou social?);
- 5) Oportunidades e barreiras materiais e atitudinais em relação à aprendizagem;
- 6) Tipo de informação sobre a educação que lhes é oferecido.

A educação e o treinamento de adultos mais velhos podem ser mais eficazes se forem observadas as seguintes diretrizes formuladas a partir de Marshall (1998), e Howard (1998):

- 1) O aprendiz adulto deve ser envolvido com a formulação de objetivos e metas instrucionais.
- 2) A instrução deve dar oportunidades para processamento ativo.

“Um envelhecimento e uma velhice bem sucedidos dependem da continuidade de boas condições de saúde, de atividade e de envolvimento. Além da ausência de patologias que comprometam o funcionamento, velhice bem sucedida sugere um funcionamento compatível com o de indivíduos mais novos e traduz-se em manutenção e otimização da competência em domínios selecionados do funcionamento.”

- 3) Devem ser preferidas oportunidades de aprender pela experiência e da experiência.
- 4) É importante começar da experiência anterior do aprendiz.
- 5) O treinamento deve prosseguir numa seqüência de complexidade crescente; isto aumenta a autoconfiança e reduz a chance de fracasso.
- 6) O material e as condições de ensino, bem como as condições do ambiente construído devem ser adaptadas aos motivos e habilidades do aprendiz adulto.
- 7) O conteúdo deve ser organizado passo a passo, dando-se tempo suficiente para a aprendizagem e desempenho;
- 8) Devem ser introduzidos: técnicas mnemônicas, textos com boa legibilidade e compreensibilidade e softwares amigáveis.
- 9) As condições instrucionais devem ser adaptadas ao conteúdo: individualizado e auto-instrucional quando o alvo é o conhecimento;

individualizado e por modelação se o alvo é a habilidade; quando se desejam aplicações, inovações e crítica é desejável usar técnicas de grupo.

10) Deve-se dar informação sistemática e re-
alimentação corretiva sobre o desempenho;

11) Deve-se programar cuidadosamente a ge-
neralização (por exemplo por meio de prática
monitorada, discussão, tempestade cerebral,
simulação e jogo de papéis).

O sucesso de programas de treinamento
de trabalhadores mais velhos depende da mo-
tivação, da estrutura oferecida, da familiaridade
dos educandos com os conteúdos e condições
de ensino, de uma boa organização, que leve
em conta o ritmo dos aprendizes.

Warr (1998) menciona os seguintes as-
pectos do ambiente organizacional que podem
contribuir para manter e promover a saúde
mental dos trabalhadores de quaisquer idades,
e em especial dos trabalhadores mais velhos:

1) Dar oportunidades para o exercício do con-
trole, por exemplo dando oportunidade para
trabalhos de maior responsabilidade e prestígio
ou promovendo a estabilidade num mesmo
trabalho ou função.

2) Dar oportunidades para o uso das habilida-
des. Este é um aspecto que afeta o senso de
auto-eficácia e a auto-estima, principalmente
quando o trabalhador começa a apresentar défi-
cits em desempenho. Nesses casos, devem ser
utilizados recursos compensatórios.

3) Dar oportunidade para o desempenho orien-
tado a metas, que no entanto não devem ser

muito exigentes nem muito numerosas para
não expor o trabalhador mais velho ao erro
e à ansiedade; nem devem ser tão insignifi-
cantes que representem tédio, habituação e
desmotivação.

4) Oferecer um ambiente compreensível, prin-
cipalmente por meio de informações claras e
diretas sobre as metas, do grau em que elas
foram atingidas e as conseqüências disso. É
igualmente importante oferecer informações
sobre o futuro em termos da possibilidade
da manutenção do emprego, de salários e de
benefícios.

5) Oferecer um sistema justo de pa-
gamento, considerando as necessidades do
trabalhador mais velho.

6) Oferecer ambientes de trabalho seguri-
mos, para reduzir o risco de acidentes.

7) Favorecer a manutenção de contatos
interpessoais.

8) Respeitar a posição alcançada pelo
trabalhador graças às suas habilidades, sua
função, experiência ou antigüidade, qualquer
que seja seu nível funcional.

CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

O paradigma da degeneração em Geron-
tologia e o paradigma médico em Geriatria têm
sido contrariados quanto aos seus pressupos-
tos sobre a predominância de perdas, doenças
e incapacidade na velhice e do declínio das
capacidades humanas na vida adulta tardia. A
teoria do afastamento em Gerontologia tam-
bém tem sido empiricamente desmentida, uma
vez que mais e mais idosos estão se mostrando

capazes de manter-se socialmente integrados e envolvidos.

No entanto, mesmo assim, em muitos contextos sociais sobressaem mitos e estereótipos acerca da velhice e do envelhecimento. Vários deles têm origem em crenças antigas, testemunhos de uma época em que a velhice era realmente uma experiência rara e na qual envelhecer bem parecia uma exceção a ser comemorada. Outros são motivados por crenças sociais que creditam ao envelhecimento populacional e ao aumento dos custos com a população idosa o estado de penúria em que se encontram as finanças dos institutos de previdência social de muitos países. No âmbito do trabalho, muitas falsas crenças sobre a capacidade intelectual dos adultos mais velhos têm servido como justificativa para a adoção de práticas discriminatórias em relação a eles.

Essas crenças e mais aquelas que assumem que a maioria dos idosos vivem nos países desenvolvidos; que a velhice é uma experiência psicológica, social e culturalmente homogênea; que os mais velhos são uniformemente frágeis, dependentes, improdutivos e que, coletivamente, representam um ônus para as sociedades, merecem ser analisadas com rigor. A superação de falsas crenças é fundamental para a promoção de um tratamento mais conseqüente da questão da velhice. A educação permanente de pessoas de todas as idades é o instrumento mais adequado para essa finalidade. Por meio dela, será mais provável conseguir superar não só os estereótipos sobre o idoso e a velhice, como também as práticas sociais discriminatórias em relação aos que envelhecem

no ambiente do trabalho.

O sistema de normas que impera em sociedades graduadas por idade varia de acordo com o tempo e a complexidade das relações sociais. Nos países desenvolvidos a ONU fixou em 65 anos o marcador etário que define o início da velhice. Em vários desses países há leis que visam proteger os direitos do trabalhador idoso ao emprego e ao tratamento igualitário no trabalho. Por trabalhador idoso entende-se, nesses contextos, aquele que tem 55 anos de idade ou mais. Nos países em desenvolvimento, a idade proposta pela ONU como marcadora do início da velhice é 60 anos.

Em virtude do processo da globalização da economia e das dificuldades sociais enfrentadas por esses países, as taxas de desemprego e de trabalho informal são muito altas e, o que é pior, atingem pessoas mesmo antes dos 40 anos. O seu obsoletismo no trabalho é ditado pela falta de educação e de treinamento, muito antes que cumpram a idade da velhice. No entanto, nos países em desenvolvimento os idosos contribuem para a economia durante toda a sua vida. Pesquisas européias mostram que eles faltam menos ao trabalho, mudam menos de emprego, acidentam-se com menor freqüência e se dizem mais satisfeitos no trabalho do que os mais jovens.

O processo de envelhecimento normativo afeta as seguintes áreas da capacidade funcional dos trabalhadores mais velhos: capacidades energéticas e biomecânicas, tolerância e persistência na tarefa sob condições de alteração de temperatura, tolerância ao estresse, funções psicomotoras, tomada de

decisão, e controle sobre as ações. As perdas nas capacidades psicomotoras afetam a aprendizagem, a memória e a cognição, desempenhando um papel fundamental na adaptação do trabalhador.

Dependendo de condições motivacionais, educacionais e ergonômicas e da estruturação do ambiente organizacional, os trabalhadores mais velhos podem manter níveis de funcionamento compatíveis com as exigências do mundo do trabalho. Se expostos a condições culturais adequadas, eles podem tornar-se especialistas e podem desempenhar importante papel na socialização de novos trabalhadores e na transmissão dos conhecimentos e valores corporativos.

Mediante mecanismos de auto-regula-

ção da personalidade e da cognição eles podem selecionar e otimizar competências e, dessa forma, compensar as perdas decorrentes do envelhecimento e da falta de aprimoramento educacional. No ambiente do trabalho, providências educacionais e ergonômicas podem contribuir para a ocorrência desses processos e a manutenção e o aumento da competência dos trabalhadores mais velhos. Na sociedade, a educação é a principal alternativa para a superação dos problemas de desigualdade no acesso aos bens e oportunidades sociais, incluindo o direito a um trabalho digno e à uma velhice competente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALTES, P. B. AND BALTES, M. M. Psychological perspectives on successful aging: The model of

selective optimization with compensation In P.B. Baltes and M.M.Baltes, Successful aging. Perspectives from behavioral sciences. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BALTES, P.B., On the incomplete architecture of human ontogeny. Selection, optimization, and compensation as foundation of developmental theory, *American Psychologist*, v. 52, n.4p., 366-380, 1997.

BIRREN, J.E. & K.WARNER SCHAIE. Handbook of the psychology of aging, 5th. Edition. San Diego: Academic Press, 1996.

CLEVELAND, J.N. & SHORE, L.M. Work and employment. In A Maddox (Ed.), *Encyclopedia of gerontology*. San Diego: Academic Press, 1996.

FARR, J.L., TESLUK, P.E. & KLEIN, S.R. Organizational structure of the workplace and the older worker. In: K.Warner Schae & C. Schooler, *Impact of work on older adults*. New York: Springer, 1998.

FEATHERMAN, D.L., SMITH, J. & PETERSON, J.E. Successful aging in a post-retired society, In P.B.Baltes & M.M.Baltes, *Successful aging: perspectives from the behavioral science*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FISKE, A D. & ROGERS, W. A. Handbook of human factors and the older adult. San Diego: Academic Press, 1997.

-
- FREUND, A., LI, K. H., & BALTES, P. B. Successful development and aging: The role of selection, optimization, and compensation. In J. Brandstadter, & R.M. Lerner (Eds.), *Action and self-development: theory and research through the life span*. Thousand Oaks, CA: SAGE, 1999.
- GOLDBERG, J. H. & ELLIS, R. D. Human factors and ergonomics. In A Maddox (Ed.), *Encyclopedia of gerontology*. San Diego: Academic Press, 1996.
- HOWARD, A. Commentary: new careers and old workers. In: K.Warner Schaie & C. Schooler, *Impact of work on older adults*. New York: Springer, 1998.
- HOYER, W. J. Commentary: The older individual in a rapidly changing work context: Developmental and cognitive issues. In: K.Warner Schaie & C. Schooler, *Impact of work on older adults*. New York: Springer, 1998.
- MARSHALL, V.W. Commentary: the older worker and organizational restructuring: beyond systems theory. In K.Warner Schaie & C. Schooler. *Impact of work on older adults*. New York: Springer, 1998.
- SCHOOLER, C. , CAPLAN, L. & OATES, G. Aging and working: An overview. In: K.Warner Schaie & C. Schooler. *Impact of work on older adults*. New York: Springer, 1998.
- SIXSMITH, J. & SIXSMITH, A. The social-psychological context of gerotechnology. In: H. Bouma & J.A.M. Graafmans. *Gerotechnology*. Amsterdam: IOG Press, 1998.
- SMITH, A D. Memory. In: A Maddox. *Encyclopedia of gerontology*. San Diego: Academic Press, 1996.
- SUGAR, J.A. Memory strategies. In: A Maddox, *Encyclopedia of gerontology*. San Diego: Academic Press, 1996.
- USUI, C. Gradual retirement: Japanese strategies for older workers. In: K.Warner Schaie & C. Schooler, *Impact of work on older adults*. New York: Springer, 1998.
- VERCRUYSSSEN, M., GRAAFMAN, J. A .M., FOZARD, J.L., BOUMA, H. & RIETSEMA, J. Gerontechnology. In: A Maddox. *Encyclopedia of Gerontology*. San Diego: Academic Press, 1996.
- WARR, P. Age, work and mental health. In K.Warner Schaie & C. Schooler. *Impact of work on older adults*. New York: Springer, 1998.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION/AGEING AND HEALTH PROGRAMME. *Ageing. Exploding the myths*. Geneva, 22 p. 1999.
- STRAKA, G.A. Commentary: The older worker and organizational restructuring: Beyond systems theory. In: K.Warner Schaie & C. Schooler. *Impact of work on older adults*. New York: Springer, 1998.



Dança e

Envelhecimento:

Conceitos, Pesquisas e Experiências

MÔNICA DE ÁVILA TODARO

PEDAGOGA E MESTRE EM GERONTOLOGIA PELA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP.

“Todos têm o direito de dançar: gordos, altos, baixos, velhos... a dança é um patrimônio de todos, não só dos que têm corpos maravilhosos.”
ANTÔNIO GADES

“A dança pode ser um agente facilitador para uma maior adesão dos indivíduos idosos à prática de uma atividade física, passando de sedentários a ativos. Já está demonstrado que ela pode produzir benefícios físicos, psicológicos e sociais, mensuráveis cientificamente. Por tudo isso, sugere-se que cursos de capacitação em dança sejam organizados e estendidos para um número significativo de profissionais que trabalham com as questões da qualidade de vida na velhice”.

Diversos autores consideram a dança uma expressão representativa de vários aspectos da vida humana. Este artigo busca levantar os conceitos, as experiências e as pesquisas envolvendo dança e envelhecimento. Para SOARES et al. (1992), as primeiras danças do homem foram as do tipo imitativas. Isto é, os dançarinos simulavam os acontecimentos que desejavam que se tornassem realidade, pois acreditavam que forças desconhecidas estariam impedindo sua realização.

Para o ensino da dança, há que se considerar que ela não é uma mera transposição da vida, senão sua representação estilizada e simbólica. Como arte, a dança deve encontrar os seus fundamentos na própria vida, concretizando-se numa expressão dela. A capacidade de expressão corporal desenvolve-se num continuum de experiências que podem se iniciar na interpretação espontânea ou numa interpretação formalizada, onde o corpo é o suporte da interpretação (SOARES et al., 1992).

A Antropologia nos diz, através de REDFIELD (1982), que grande parte da atividade humana é simplesmente expressiva. É atividade que corresponde ao impulso de ação do indivíduo e que toma a forma indicativa daquilo que o indivíduo está pensando ou sentindo, sendo fruto do impulso criador do homem. Dançar, rir, contar casos, pintar, ouvir música, entre outras atividades, são formas de expressão. “O que você dança?” – é a primeira pergunta que um homem da tribo banto faz a um estranho. Para aquela parte da África, o que um homem dança constitui a chave que revela todo o tipo de vida dele.

Alguns autores, como PORCHER (1982), acreditam que o bebê, desde que nasce, e antes mesmo de nascer, já é sensível aos ritmos e à música; estes o incitam a se mexer ainda na barriga da mãe e depois no berço, fazendo movimentos que, segundo o autor, ao serem exercidos numa certa cadência, constituem-se numa dança. Mas ela é também um fato social, que reflete os desejos, as alegrias, as esperanças, os receios e as adorações de um determinado grupo, dentro de uma determinada época. E, num movimento dialético, a dança modifica também aquilo que a modifica.

O pensador francês ROGER GARAUDY (1980), afirma que dançar é vivenciar e exprimir, com o máximo de intensidade, a relação do homem com o mundo e com os outros homens. Para ele, a arte da dança é o caminho mais curto entre dois homens, pois não depende da mediação do conceito e da palavra. É uma pedagogia do entusiasmo, sentimento da presença de Deus no corpo. O ato de ensinar a dança trata de dar ao homem a imagem de como sua vida poderia ser um movimento harmonioso, livre e alegre. Não existe ato mais revolucionário que ensinar alguém a enfrentar o mundo como ser criador.

Nesse sentido, PORTINARI (1985) afirma que a dança já serviu para reverenciar deuses, encorajar guerreiros e festejar colheitas. Seu caráter sagrado ainda se mantém em diferentes culturas. Nas manifestações populares, servia também para celebrar as forças da natureza, exorcizando o medo e aguçando os instintos. Traçando um panorama histórico, essa autora demonstra que a dança era matéria obrigatória

na educação dos gregos. Foi importada pelos romanos entre conquistas militares e desprezada pelo cristianismo. Na corte, revestiu-se e virou ballet. Assim conclui a autora: "A dança seguiu dois caminhos distintos: um vinculado à própria origem do homem, como manifestação espontânea; outro, codificado segundo a aristocracia".

Ao descrever uma dançarina, o poeta PAUL VALÉRY (1996) nos diz: "Suas mãos falam e seus pés parecem que escrevem. (...) Um simples andar e aqui está a deusa. Parece enumerar e contar em moedas de ouro puro, aquilo que gastamos distraidamente em vulgares níqueis de passos. (...) A dançarina tem algo de socrático, ensinando-nos, quanto ao andar, a nos conhecer um pouco melhor a nós mesmos". O autor continua: "A música muda-lhe a alma. Ela se transforma toda em dança, e se consagra toda ao movimento total. Parece, com seus passos repletos de espírito, apagar da terra toda fadiga e toda tolice. (...) Esse corpo exercita-se em todas as suas partes, e se combina consigo mesmo e dá forma depois de forma. (...) Dentro de um mundo sonoro, essa festa intensa do corpo diante de nossas almas oferece luz e alegria. Tudo fica mais leve, mais vivo, mais forte; tudo é possível de outra maneira; tudo pode recomçar. (...) Um corpo é poderoso o bastante para alterar profundamente a natureza das coisas."

LABAN (1978) define o corpo como nosso instrumento de expressão por via do movimento. Para ele, o corpo age como uma orquestra, na qual cada parte está relacionada com as outras e é uma parte do todo. As várias partes podem combinar-se para uma ação em concerto, ou

executar sozinhas um certo movimento. Os movimentos de um ser vivo servem-lhe primeiramente para assegurar uma necessidade vital: trabalho. Esses mesmos movimentos podem ser empregados de maneira expressiva.

Numa revisão bibliográfica, encontram-se na literatura internacional e nacional algumas pesquisas científicas, e também relatos de experiências, que tratam da dança em relação ao seu potencial de desenvolvimento da criatividade, valor como atividade física, ganhos na capacidade funcional, expansão da sociabilidade e seus efeitos na saúde psicológica de indivíduos idosos.

HICKSON e HOUSLEY (1997) destacam em seu trabalho as áreas de dança, artes e teatro como algumas das formas de se desenvolver a criatividade dos adultos maduros. Seus estudos revelam que a criatividade é uma habilidade universal compartilhada por todos os grupos etários. Os autores acreditam que, para os adultos maduros, atividades criativas oferecem uma oportunidade de responder aos limites e enriquecer a vida interior.

PUGGARD (1994) verificou o condicionamento físico em pessoas mais velhas, comparando os efeitos de atividades como a dança, a natação e a ginástica desenvolvidas durante cinco meses. Os resultados mostraram que os três tipos de programa propiciaram ganhos, não havendo diferenças significativas entre os tipos de atividades praticadas.

ANSARAH (1991) analisou a influência de um programa de atividades físicas gerais como dança, expressão corporal, ginástica e jogos sobre a aptidão funcional de idosos. Foram

pesquisados 16 sujeitos que participaram por três meses, com três sessões semanais, e foram avaliados no início e no término do programa. Concluiu-se que as atividades físicas generalizadas promoveram ganhos significantes na agilidade e no equilíbrio dos sujeitos pesquisados.

ANGEL (1984) enfatiza a importância de se participar de aulas e clubes de dança como uma das atividades potencialmente capazes de expandir os contatos sociais e as relações interpessoais em pessoas da meia-idade até aposentados.

BROWN, MORROW e LIVINGSTON (1982) sugerem que atividades como dança e treinamento para perda de peso produzem efeitos na saúde psicológica dos idosos, melhorando o autoconceito, a auto-satisfação e a auto-estima.

De acordo com SUNDERLAND (1978), alguns “espaços” se preocupam em oferecer programas que estimulem a criatividade na velhice. É o caso, por exemplo, do Center on Arts and Aging estabelecido pelo National Council on Aging, em 1973, nos Estados Unidos. Para ele, a prática de atividades artísticas como dança, teatro, poesia, etc., auxilia os idosos a resolverem conflitos, a clarearem pensamentos e sentimentos, a criarem um senso de ordem interior e de controle sobre o mundo exterior, a transformarem experiências negativas, a se comunicarem com outras pessoas, a sustentarem a integridade pessoal e a compartilharem experiências de vida.

No Brasil, ainda são poucas as pesquisas e experiências envolvendo dança e idosos. O projeto Atividades Físicas e Recreativas para a Terceira Idade, da Universidade Federal de

Uberlândia (UFU), gerou um grupo de dança composto por mulheres com mais de 60 anos e coordenado por um coreógrafo. Esse grupo faz apresentações em sua cidade e também em outras do país (COSTA, 2001).

Na Universidade Federal Fluminense, em Niterói-RJ, DIAS (2001) descreve um programa de Educação Física Gerontológica com aulas baseadas em atividades corporais como: dança, alongamento, caminhadas, passeios e jogos. Os resultados obtidos depois de dois anos demonstraram que dos 60 sujeitos que freqüentaram o programa, 100% melhoraram sua socialização; 100% melhoraram sua flexibilidade; 90% melhoraram o equilíbrio; 90% diminuíram as dosagens de medicamentos para hipertensão arterial e 100% melhoraram suas Atividades de Vida Diária (AVDs). Concluiu-se que houve uma sensível melhora na qualidade de vida desses idosos.

SEVERINO (2001) desenvolveu um projeto envolvendo atividades variadas para idosos institucionalizados na cidade de Ourinhos-SP. Foram apresentados os resultados com 95 idosos que receberam aulas de dança, ginástica, jogos, teatro, caminhadas, passeios turísticos, canto e cinema, numa freqüência de três vezes por semana. Concluiu-se que a prática de atividades promove a descoberta das necessidades de interação, além de permitir a redescoberta de elementos da cultura corporal e uma convivência saudável, o que possibilita uma melhor qualidade de vida.

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS) foi feito um estudo comparativo entre idosos da cidade de Antônio Cardoso,



MAMA TAP
DANCER

MAMA TAP
DANCER

MAMA TAP
DANCER

MAMA TAP
DANCER

na Bahia, e de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Constituiu-se de uma pesquisa ação de abordagem qualitativa onde as informações foram levantadas através de entrevistas semi-estruturadas, registro fotográfico e registro de campo. Concluiu-se que, quanto à prática de atividades físicas, como por exemplo a dança, os velhos do Sul apresentaram mais disposição, enquanto os velhos do Nordeste se sobressaíram em relação a descontração e espontaneidade. Diante de tais diferenças, entre outras, as autoras concluíram que o conceito de envelhecimento é variável (ANDRADE e FILIPETTO, 1999).

Algumas comunicações no VI Fórum Nacional de Coordenadores de Projetos da Terceira Idade, em Ilhéus-BA, em 1999, apresentaram pesquisas e experiências em andamento que tratam do tema dança e idosos.

SANTOS (1999) verificou os significados de velhice na cultura afro-brasileira e concluiu que, enquanto alguns segmentos de nossa sociedade discutem o preconceito relacionado ao envelhecer, terreiros de candomblé vivenciam no seu cotidiano o respeito ao mais velho. A dança é um dos referenciais simbólicos míticos que evidenciam esse posicionamento. A autora ressalta os momentos cerimoniais em que se dança para um orixá velho, onde o ritmo mais lento e todo o gestual são sinônimos de sabedoria, ancestralidade e poder.

A experiência do projeto Revitalizado na Universidade Federal do Maranhão, implantado na UNITI (Universidade Integrada da Terceira Idade), relata a introdução da disciplina Educação Física na grade curricular de sua

proposta, fundamentada na autora francesa Therése Betherat. Através das danças e coreografias, procura-se resgatar a memória e o autoconhecimento dos idosos (NETO, 1999).

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), o Núcleo Integrado de Estudos e Apoio à Terceira Idade desenvolve projetos de pesquisa e extensão voltados para o processo de preparação e valorização do envelhecimento. É o caso, por exemplo, do projeto Movimento e Vida, que desenvolve atividades físicas e recreativas em asilos, tais como a dança, os jogos adaptados, ginástica localizada e caminhadas (DIAS, 1999).

Utilizando a dança como prática motriz que permite desenvolver e estimular as capacidades criativas e expressivas e também a expressão corporal, o curso de Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria, através do NIEATI (Núcleo Integrado de Estudos e Apoio à Terceira Idade), busca as vivências de movimentos e uma forma de reflexão e conscientização do próprio idoso e da sociedade. Constituiu-se posteriormente uma investigação experimental, numa abordagem quantitativa, onde os dados foram coletados através de questionário denominado "lista de estados de ânimo", formado por 40 adjetivos. Foram 35 sujeitos que freqüentavam a aula "Expressão e Dança". Conclui-se que a prática de uma atividade física como a dança contribuiu para a melhoria dos estados de ânimo dos sujeitos, estimulando sentimentos de auto-estima e autoconfiança e possibilitou a ampliação de limites impostos ao corpo, a partir do conhecimento e utilização do próprio corpo (ANDRADE et al., 1999).



Para REIS (1999), da Universidade Estadual do Estado da Bahia (UNEB–BA), dançar exercita, dá flexibilidade, modela o corpo, além de desenvolver o ritmo, melhora a postura e a coordenação motora e promove a associação entre os seres. E, por ser um instrumento importante na integração de pessoas de todas as idades, pode ser indicado por médicos e psicólogos como uma forma de terapia para aliviar as “neuroses”. Esse trabalho tem como objetivo geral a estimulação do desenvolvimento integral do idoso a partir do seu envolvimento na dança de salão, contribuindo para a melhoria de sua qualidade de vida.

Em Florianópolis, a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), através do NETI

(Núcleo de Estudos de Terceira Idade), desenvolve atividades físicas e recreativas que englobam técnicas básicas de postura, respiração e mudança de posição. Essas atividades envolvem professores do Departamento de Recreação e Prática Desportiva, do Centro de Desportos daquela Universidade, que atuam voluntariamente no programa. As atividades com a Terceira Idade servem de estágio curricular para os alunos do curso de Educação Física. Nesse contexto, foi criado o Grupo de Dança Folclórica da UFSC, com o objetivo de preservar e divulgar as danças folclóricas da região (CACHIONI, 1998).

O médico geriatra Dr. Wilson Jacob Filho orientou uma dissertação de mestrado, com

origem numa pesquisa experimental. Num asilo, foram selecionados 40 idosos divididos entre grupo experimental e controle. Aplicou-se oito instrumentos de avaliação antes e após o tratamento dado na forma de um Programa de Dança para Idosos (PDI). Concluiu-se que o grupo experimental (que recebeu o tratamento) melhorou significativamente e o grupo controle manteve ou mesmo diminuiu seus escores (TODARO, 2001).

Percebe-se que ainda são poucas as pesquisas e as experiências registradas de maneira sistemática na área, apesar do grande número de evidências empíricas. Por isso acredita-se que este artigo tenha contribuído com algumas inquietações que surgem da tentativa de compreensão da relação entre a dança (como atividade física), os idosos (como indivíduos heterogêneos) e o corpo (como instrumento

de expressão).

A dança pode ser um agente facilitador para uma maior adesão dos indivíduos idosos à prática de uma atividade física, passando de sedentários a ativos. Já está demonstrado que ela pode produzir benefícios físicos, psicológicos e sociais, mensuráveis cientificamente. Por tudo isso, sugere-se que cursos de capacitação em dança sejam organizados e estendidos para um número significativo de profissionais que trabalham com as questões da qualidade de vida na velhice.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, C.M.. et al. A Terceira Idade da dança. In: FÓRUM NACIONAL DE COORDENADORES DE PROJETOS DA TERCEIRA IDADE. 6. Anais. Ilhéus,

1999.

ANDRADE, C.M. & FILIPETTO, M.C. Os velhos que só as estatísticas vêem. In: FÓRUM NACIONAL DE COORDENADORES DE PROJETOS DA TERCEIRA IDADE, 6. Anais. Ilhéus, 1999.

ANGEL, S. Make a date for friendship. *Journal of Dynamic Years*, v.19 n.2, p.40-43, 1984.

ANSARAH, V.W. Aptidão funcional na terceira idade. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 1991. Monografia.

BROWN, E.Y. et al. Self-concept: changes in women as a result of training. *Journal of Sport Psychology*, v.4, p.354-363, 1982.

CACHIONI, M. Envelhecimento bem-sucedido e participação numa universidade para a terceira idade: a experiência dos alunos da Universidade São Francisco. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998. Dissertação de mestrado.

COSTA, G.A. Atividade física, qualidade de vida e currículo: por uma velhice bem sucedida. In: CON-

-
- GRESSO PAULISTA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA, 2. Anais, São Paulo, 2001.
- DIAS, J.F.S. Movimento e vida: atividades físicas e recreativas em asilos. In: FÓRUM NACIONAL DE COORDENADORES DE PROJETOS DA TERCEIRA IDADE, 6. Anais. Ilhéus, 1999.
- DIAS, K.P. Educação Física Gerontológica. In: CONGRESSO PAULISTA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA, 2. Anais, São Paulo, 2001.
- GARAUDY, R. Dançar a vida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- HICKSON, J & HOUSLEY, W. Creativity in later life. *Journal of Educational Gerontology*, v.23, p.539-554, 1997.
- LABAN, R. Domínio do movimento. São Paulo: Summus, 1978.
- NETO, I. C. Revitalidoso. In: FORUM NACIONAL DE COORDENADORES DE PROJETOS DA TERCEIRA IDADE, 6. Anais. Ilhéus, 1999.
- PORCHER, L. Educação artística: luxo ou necessidade? São Paulo: Summus, 1982.
- PORTINARI, M. Nos passos da dança. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- PUGGARD, L. Physical conditioning in elderly people. *Scandinavian Journal of Medicine and Science in Sports*, v.4, p.47-56, 1994.
- REDFIELD, R. Como atua a sociedade humana. In: SHAPIRO, H. L. Homem, cultura e sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- REIS, S.M.B.N. Nasci para bailar. In: FORUM NACIONAL DE COORDENADORES DE PROJETOS DA TERCEIRA IDADE, 6. Anais. Ilhéus, 1999.
- SANTOS, M.C.O. Significados de velhice na cultura afro-brasileira. In: VI Fórum Nacional de Coordenadores de Projetos da Terceira Idade, 6. Anais. Ilhéus, 1999.
- SEVERINO, G. Atividade física em idosos institucionalizados. In: CONGRESSO PAULISTA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA, 2. Anais, São Paulo, 2001.
- SOARES, C.L, et al. Metodologia do ensino de educação física. São Paulo: Cortez, 1992.
- SUNDERLAND, J. Art's glow with rekindled interest. *Journal perspective on aging*, v.7 (n.2), p.27-28, 1978.
- TODARO, M. A. Dança: Uma interação entre o corpo e a alma dos idosos. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001. Dissertação de mestrado.
- VALÉRY, P. A alma e a dança. Rio de Janeiro: Imago, 1996.



vsc wrio
corpo feliz
☺

Políticas Públicas de Saúde para o Idoso*

ANA CRISTINA PASSARELLA BRÊTAS

ENFERMEIRA SANITARISTA. MESTRE EM EDUCAÇÃO E DOUTORA EM ENFERMAGEM. DOCENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. DIRETORA DO DISTRITO DE SAÚDE DE VILA MARIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO.

“De acordo com modelos teóricos, principalmente canadenses, a reabilitação gerontológica é pensada da seguinte forma: o indivíduo faz sua primeira verificação de pressão arterial e percebe que está alterada, então tem início um processo de reabilitação no sentido de se prevenir um Acidente Vascular Cerebral. No Brasil, geralmente se espera o indivíduo ter o derrame e depois se começa a montar equipes gerontológicas para trabalhar com as seqüelas. O custo social e econômico é elevadíssimo”.

* Texto baseado em palestra realizada no Seminário “A Reforma do Estado e o Envelhecimento da População Brasileira”, de 4 a 7 de dezembro de 2001, auditório do SESC Paulista, São Paulo/SP

Pretendo apresentar algumas idéias sob a ótica da enfermeira sanitária que fez a opção por trabalhar com idosos na cidade de São Paulo, principalmente aqueles pertencentes à classe social menos favorecida, idosos favelados e moradores de rua. Mesmo falando de uma forma mais abrangente, é esse lugar do mundo no qual eu me situo no processo da produção do conhecimento. Este ano, a minha vida deu uma guinada, a universidade assumiu a gestão de um Distrito de Saúde em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e me designou para dirigi-lo. Com isso, o trabalho que desenvolvia com os moradores de rua teve que ser temporariamente interrompido. Posso afirmar que nos quatro anos em estive com eles aprendi muito, fundamentalmente a lidar com a minha impotência frente às demandas sociais. Anteriormente, havia aprendido que como enfermeira podia tudo, o enfoque era biologicista. Na rua aprendi que não podia quase nada. A retaguarda que se tem para esse idoso pobre é muito pequena no nosso país. Alguns deles até têm aposentadoria, mas não têm condição econômica, com ela, de viver em algum lugar digno, então perambulam pela rua. O idoso até consegue uma retaguarda um pouco maior, tanto das instituições, quanto de outros moradores de rua. Mas é muito pouco. Não há um trabalho em que se sinta resultado amplo, pois hegemonicamente estão muito mais na linha de um paternalismo assistencialista do que na de ações de transformação social voltadas para tirá-los da rua. Eu acho muito complicado não nos indignarmos e não promovermos ações concretas no sentido de reverter o quadro.

Ninguém deveria viver na rua.

Para tentar trabalhar com a questão das políticas e particularmente da Política Nacional de Saúde do Idoso é preciso começar discutindo e situando a área de conhecimento da Saúde. Assim, tentaremos entender dentro deste contexto como se dá ou não a implantação e a implementação de algumas ações que estão propostas dentro dessa Política.

Refletir sobre saúde em nossos dias acarreta pensar muito mais em doença. Eu costumo comentar nas Unidades Básicas de Saúde nas quais tenho trabalhado mais diretamente, que no dia em que uma pessoa idosa adentra na Unidade e falar: “hoje eu vim para cá porque estou bem”, teremos um estranhamento já de início e até uma certa vontade de encaminhá-la para o setor de saúde mental, porque estamos acostumados a trabalhar com a doença, hoje é complicado alguém falar que está bem. Esta questão necessita ser melhor trabalhada pelos profissionais de saúde, implica na mudança de paradigmas.

Pensar sobre Saúde, o nosso objeto de estudo, desemboca na contradição de que trabalhamos hegemonicamente com a Doença e não com a dimensão macro da Saúde, propriamente dita. Essa compreensão pode nos desviar do foco de trabalho na hora em que pensamos as políticas de Saúde.

Quando questionamos um determinado grupo sobre o que é Saúde, seja entre usuários ou entre técnicos da área da Saúde, é muito comum ouvir aquilo que alguns professores nos fizeram decorar em algum momento da vida, a definição da Organização Mundial de Saúde:

“a saúde é um completo bem-estar biológico, psicológico e social e não apenas a ausência de afecções ou doenças”. (OMS, 1976)

Mas, o que fazer com um conceito em que a maior parte das pessoas não se encaixa? Podemos falar que, do ponto de vista biológico e psicológico, fulano está bem, que se sente bem, entretanto não é possível negar que por melhor que possa estar, vive em um país onde as desigualdades sociais, a violência urbana, entre outras coisas, acabam interferindo na sua qualidade de vida, conseqüentemente de saúde. São os determinantes sociais da doença.

Como não seria lógico afirmar que todo mundo é doente, em decorrência da análise de um conceito (OMS), buscamos outros paradigmas para tentar compreender a Saúde na dimensão macro social. Existe um autor argentino que se chama Ferrara, que afirma que a saúde é o contínuo agir do ser humano no universo biológico, psicológico e social em que está inserido, sem regatear, pechinchar um só momento para mudar, para transformar, para recriar tudo aquilo que precisa ser mudado. (FERRARA, 1976). Por que eu trago o conceito de Ferrara? Porque é um conceito dinâmico de saúde. Esta deixa de ser algo estático: (ou fulano tem ou não tem saúde) e passa a ser um contínuo agir. Mais importante: contínuo agir de quem? Não é do profissional de saúde, é do próprio indivíduo. É a maneira como ele interage na perspectiva biológica, psicológica e social que vai definir o quanto ele tem ou não tem saúde. E mais ainda, esse conceito contempla a possibilidade que esse indivíduo tem de estar criando, recriando, transformando tudo aquilo

que deve ser mudado.

Exemplificando, sob o ponto de vista da Organização Mundial de Saúde, um idoso diabético, um tipo de cliente assíduo nas nossas Unidades Básicas de Saúde, é uma pessoa doente, porque tem um pâncreas que por algum motivo não está funcionando adequadamente, não produz insulina. Sob o ponto de vista de Ferrara, é preciso verificar como esse indivíduo está interagindo. Então, sem negar a doença, valorizamos a pessoa. Esse mesmo indivíduo diabético, do ponto de vista de Ferrara, dependendo da maneira como ele interage, é alguém que apesar de ter o diabetes, tem muito mais do que isso, tem a sua vida integral.

Qual a importância do conceito de saúde para entendermos as políticas? O paradigma adotado vai determinar a postura frente às ações que desenvolvemos. Se acreditamos que a saúde é algo estático, cumprimos regras de como o indivíduo deve ser tratado. São as famosas funções que grande parte dos profissionais de saúde acabam assumindo em demasia: as de “ensinar as pessoas” sobre como devem tratar a sua própria saúde, sem fazer uma leitura do mundo social no qual essa pessoa está inserida. Isso pode levar a alguns equívocos na assistência.

Há um outro autor nessa releitura paradigmática do conceito de Saúde que se chama Canguilhem. Ele se alimenta na área das ciências sociais para pensar a saúde de forma mais humanizada e menos tecnicista e hospitalocêntrica. Canguilhem diz que a saúde é a capacidade que cada um de nós tem de consumir a própria vida (CANGUILHEM, 1995).

Só não gasta a vida quem já morreu, quem está vivo obrigatoriamente entra na perspectiva do consumo da vida. Desse ponto de vista, o indivíduo define qual a melhor forma de consumi-la. Evidentemente, existem os determinantes sociais que interferem na qualidade do consumir ou gastar a vida. O próprio Canguilhem afirma que a chance que tem um motorista de ônibus de um grande centro urbano de morrer, epidemiologicamente falando, é a mesma que tem um piloto de Fórmula I. Nunca vi um piloto de Fórmula I nascer na periferia de um grande centro, mas conheço vários motoristas de ônibus que nasceram e moram na periferia de um grande centro. O desgaste psicofísico desse indivíduo afeta o processo de saúde e de doença, conseqüentemente.

Quando pensamos na Saúde sob a perspectiva do consumo, do gasto da própria vida, é preciso olhar em duas direções buscando uma relativização do conceito. Há o indivíduo que tem os seus 18, 20 anos e fala: "eu vou gastar tudo o que posso agora e quando envelhecer economizo a vida". Segundo Canguilhem não tem jeito porque a vida é irreversível. Aquilo que alguém gastou, gastou. Pode-se até tentar recuperar alguma coisa no futuro, mas a maneira como se leva a vida é a forma como será o processo de saúde e doença no futuro. Entretanto, lembremos o poema "Instantes" de Borges: "se eu tivesse outra vida, trataria de cometer mais erros ...", e por aí vai: "...mas infelizmente tenho 85 anos e sei que estou morrendo". Também não adianta economizar a vida no sentido de falar que não vou gastá-la, economizando-a para o futuro, porque aquilo que não foi gasto,

não vem de volta. Ou seja, a maneira como conduzimos a vida no presente determinará como ela será no futuro.

Aonde entra a questão do envelhecimento nisso tudo? Parto do pressuposto de que o envelhecimento vai do útero ao túmulo (FEATHERSTONE, 1998; BRÉTAS, 1997). Conseqüentemente, a partir do momento em que nascemos, tem início o processo de envelhecimento. Por mais que a área das ciências biológicas coloque que temos um período maturacional até os 20, 22 anos e depois começa o declínio, ousa acreditar mais na área das ciências humanas para a compreensão do envelhecimento no diálogo com o processo saúde-doença. Nessa dimensão pensar saúde hoje atrelada à área da gerontologia significa começar a desencadear ações que façam com que o indivíduo tenha condições de consumir vida de uma forma mais saudável, com mais qualidade, preferencialmente a partir dos 30 anos. É muito complicado falar para uma pessoa com 70, 80 anos de idade: "se o senhor tivesse feito isso de outra forma, poderia ser diferente agora!".

Outro pressuposto nessa interligação das áreas da Saúde e da Gerontologia: a vida pertence ao próprio indivíduo. Compete ao profissional da área da saúde orientar, jamais impor padrão de comportamento, compete mostrar onde está o "interruptor", porque quem deve "acender a luz" é o próprio indivíduo. Do ponto de vista da formação profissional na área da saúde significa mudar completamente os paradigmas. Em minha atuação (eu contribuo com a formação de enfermeiros e médicos na Universidade Federal de São Paulo), significa



inverter o modelo de ensino, afirmar que ao indivíduo doente compete também a decisão sobre a sua própria vida, sobre os cuidados e a terapêutica prescrita. A decisão não é apenas do profissional de saúde, como tem sido entendida na maior parte das vezes, de forma autoritária e centralizadora.

Neste contexto, introduzo a reflexão sobre a Política Nacional de Saúde do Idoso, que fundamenta a ação do setor saúde na atenção integral à população idosa e àquela em processo de envelhecimento, em consonância com a Lei Orgânica da Saúde (8.080/90) e a Lei 8.242/94, que assegura os direitos deste segmento populacional. (BRASIL, 1999). Sua implantação caminha no bojo da implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), que é o sistema que gera todas as políticas de saúde brasileiras de forma constitucional. Vale destacar que o SUS é um dos maiores sistemas de saúde do mundo. Temos aproximadamente 160 milhões de brasileiros no país, desses, 40 milhões possuem convênios de saúde das formas mais variadas possíveis. Desta forma, pode-se dizer que o SUS atende no mínimo a 120 milhões de brasileiros.

Esse sistema tem falhas, por isso rearranjos ainda precisam ser feitos. Mas possui a magnitude de um sistema que tem como princípios doutrinários a equidade, a integralidade, a universalidade e o controle social, ou seja, assiste pessoas de zero a 100 anos, do sexo feminino e masculino, nas mais diversas questões, da promoção até a reabilitação da saúde. A Política Nacional de Saúde do Idoso, no nosso entendimento, deve ser analisada à luz desse sistema.

A epidemiologia tem sido um marco importante na implantação da Política Nacional de Saúde do Idoso nas regiões, de uma maneira mais global. Ou seja, regiões que possuem um contingente de idosos, principalmente aquelas que tem o controle social organizado, são as que a questão da saúde do geronte tem sido mais discutida e implantada/ implementada com mais propriedade e rapidez.

Desta forma, à luz da reflexão feita até então sobre o significado conceitual da Saúde e do Envelhecimento, partimos para a apresentação das diretrizes da Política Nacional de Saúde do Idoso que devem nortear todas as ações da área da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde, envolvendo a cooperação contínua entre o Ministério da Saúde e as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. São sete as diretrizes, a saber: a promoção do envelhecimento saudável, a manutenção da capacidade funcional, a assistência às necessidades de saúde do idoso, a reabilitação da capacidade funcional comprometida, a capacitação de recursos humanos especializados, o apoio ao desenvolvimento de cuidados informais e o apoio a estudos e pesquisas.

Quando pensamos na primeira diretriz da política, que é a promoção do envelhecimento saudável, devemos considerar o envelhecimento como um processo que vai do útero ao túmulo, na perspectiva da saúde como um consumo de vida. Pensar na promoção significa chegar antes de qualquer agravo ou chegar junto ao agravo e minimizá-lo. Implica na adoção de hábitos saudáveis de vida e na eliminação de comportamentos nocivos à saúde. Para atingir

tal objetivo utiliza-se como estratégia a comunicação e a educação em saúde.

A outra diretriz, que é a manutenção da capacidade funcional, nós trabalhamos em duas óticas. Uma é a da prevenção dos agravos propriamente dita, quer pelo sistema de imunização, quer agora pelas campanhas que estão ocorrendo de prevenção do diabetes e da hipertensão. Muito mais do que um campanhismo, defendemos que as pessoas tenham a consciência – e a consciência é algo intrínseco, ninguém ensina- de que é importante chegar antes da doença e não chegar pelos pronto atendimentos, chegar de fato pela porta de entrada do Sistema Único de Saúde que são as Unidades Básicas de Saúde e, no caso agora da cidade de São Paulo, as Unidades de Saúde da Família. Na prevenção dos agravos e na detecção precoce de enfermidades, apregoa-se minimizar danos que possam levar o idoso a por em risco suas habilidades e autonomia. Nesse caso a possibilidade de cura ou de reparação do dano é muito maior.

A terceira diretriz da Política Nacional de Saúde é a de assistência às necessidades de saúde do idoso. Quando nos referimos às necessidades de saúde do idoso, o perfil epidemiológico está sendo utilizado, primeiro na definição de qual idoso estamos falando. É o idoso que tem um recorte de classe social, um recorte de gênero, um recorte de etnia. A partir do momento em que começamos a operar com tais definições, começamos a pensar em programas mais direcionados.

Percebemos que a maior parte das ações ainda não estão vinculadas aos equipamentos



básicos de saúde, as Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Saúde da Família. A assistência de uma maneira global é dada de forma segmentada pela porta de entrada do pronto socorro e do pronto atendimento. Qual é o risco de assistir, principalmente o idoso, pela porta de entrada do pronto socorro? Estaremos sempre trabalhando a consequência, jamais a causa da patologia, pois cada vez quem atende o paciente é um profissional diferente e portanto desconhecerá bem a história do usuário do serviço. As condutas nem sempre serão igualitárias e isso pode colocar em risco a própria saúde do indivíduo.

Partindo-se do princípio de que no Sis-

“Qual a importância do conceito de saúde para entendermos as políticas? O paradigma adotado vai determinar a postura frente às ações que desenvolvemos. Se acreditamos que a saúde é algo estático, cumpriremos regras de como o indivíduo deve ser tratado. São as famosas funções que grande parte dos profissionais de saúde acabam assumindo em demasia: as de “ensinar as pessoas” sobre como devem tratar a sua própria saúde, sem fazer uma leitura do mundo social no qual essa pessoa está inserida. Isso pode levar a alguns equívocos...”

tema Único de Saúde uma Unidade Básica de Saúde deveria ter 70% de resolutividade dos casos. A clientela é sábia, se ela não procura a Unidade Básica de Saúde é porque a resolutividade não está presente. Ou seja, se ela entra pela porta do pronto socorro é porque minimamente lá ela tem a consequência do agravo resolvido, embora nem sempre tenha o esclarecimento da importância de estar tratando a causa de sua doença.

A quarta diretriz é a reabilitação da capacidade funcional comprometida. Isso implica principalmente na formação de recursos humanos para trabalhar com reabilitação gerontológica. De acordo com modelos teóricos, principalmente canadenses, a reabilitação gerontológica é pensada da seguinte forma: o indivíduo faz sua primeira verificação de

pressão arterial e percebe que está alterada, então tem início um processo de reabilitação no sentido de se prevenir um acidente vascular cerebral. No Brasil, geralmente se espera o indivíduo ter o derrame e depois se começa a montar equipes gerontológicas para trabalhar com as seqüelas. O custo social e econômico é elevadíssimo. Uma saída é a capacitação dos recursos humanos, tanto na área de humanas quanto na área da saúde e agora também de exatas, principalmente arquitetos que pensam o espaço urbano.

A quinta diretriz é a da capacitação de recursos humanos especializados. Como o aparelho formador está lidando com a questão da área da gerontologia propriamente dita? Na nossa universidade, no Departamento de Enfermagem, levamos seis anos para montar a área e achamos que foi rápido. Alguns locais ainda não conseguiram colocar o conteúdo da gerontologia dentro da grade de cursos da área da saúde para que os alunos tenham um contato e não tenham aquela visão idealizada que se tinha há um tempo atrás na pediatria, de achar que a criança era um adulto pequeno. Da mesma forma, do ponto de vista da área da gerontologia na saúde, o idoso não é um adulto que viveu mais, ele tem características próprias e isso dentro da área do conhecimento precisa estar sendo regulamentado e reconhecido.

A sexta diretriz trata do apoio ao desenvolvimento de cuidados informais. Aí entra toda uma rede social que é fundamental dentro da questão da Política Nacional de Saúde do Idoso. Que tipo de apoio é necessário para manter um idoso com capacidade funcional

comprometida, com atividades de vida diária comprometidas, de modo a assegurar a ele um máximo de autonomia possível para que consiga viver com a família, para que não tenha a necessidade de uma institucionalização? Que tipo de serviço pode ser prestado? Casa de cuidados diurnos ao idoso, hospital-dia, cuidadores formais e informais?

Há uma discussão na área da Enfermagem em que sustentamos a idéia de que o cuidado é filogenético, o cachorro cuida do cachorrinho, o gato cuida do gatinho, o ser humano cuida do ser humano. O cuidado não pode ser prerrogativa de uma única profissão, ele tem que ter uma característica macro. A especificidade da enfermagem vai além do cuidado formal e do cuidado informal. Então, não há necessidade desse receio com relação aos cuidadores propriamente ditos.

A sétima diretriz diz respeito ao apoio a

estudos e pesquisas, onde linhas de pesquisa direcionadas à área da Gerontologia precisariam ser melhor valorizadas pelas universidades e órgãos de fomento à pesquisa, na busca de maximizar a qualidade da produção do conhecimento na área.

Concluindo a nossa exposição gostaria de frisar a importância da reflexão dessa Política na implementação de ações voltadas ao idoso no país, no âmbito do Sistema Único de Saúde. No processo de reconstrução da saúde no município de São Paulo temos considerado a necessidade de assistir com qualidade esse segmento etário, para tanto esforços intersecretariais estão sendo feitos com vista a atender a essa demanda emergente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MINISTÉRIO DA SAÚDE/Secretaria de Políticas da Saúde. Política nacional de saúde do idoso. Brasília: Ministério da Saúde / Secretaria de Políticas de Saúde, 12 nov. de 1999. (Versão aprovada no Conselho Nacional de Saúde em 11/11/02).

BRÊTAS, A.C.P. Envelhecimento e trabalho. In: OLIVEIRA, E.M.; SCAVONE, L. (orgs). Trabalho, saúde e gênero na era da globalização. Goiânia: AB, 1997. p.61-67.

CANGUILHEM, G. O normal e o patológico. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FEATHERSTONE, M. A velhice e o envelhecimento na pós-modernidade. A Terceira Idade, São Paulo, ano X, n.14, p.5-17, ag. 1998.

FERRARA, F. et al. Medicina de la comunidad. 2 ed. Buenos Aires: Intermédica, 1976.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Documentos básicos. 26 ed. Genebra: OMS, 1976.



O Estigma da Velhice: Uma Análise do Preconceito aos Velhos à Luz das Idéias de Erving Goffman

JOSÉ CARLOS FERRIGNO

PSICÓLOGO E GERONTÓLOGO. TÉCNICO DA GERÊNCIA DE ESTUDOS E PROGRAMAS
DA TERCEIRA IDADE DO SESC/SP.

“A discriminação aos velhos é o resultado dos valores típicos de uma sociedade de consumo e de mercantilização das relações sociais. O exagerado enaltecimento do jovem, do novo e do descartável além do descrédito sobre o saber adquirido com a experiência da vida são as inevitáveis conseqüências desses valores. Talvez, o estímulo ao convívio entre as gerações seja um caminho frutífero. Possivelmente a aproximação física e afetiva dos “normais” com o “diferente”, no nosso caso o idoso, possam paulatinamente enfraquecer discriminações de todos os tipos. Assim esperamos e creio que com essa perspectiva devemos agir”.

Erving Goffman (1922-1982), cientista social canadense, formado pela Universidade de Chicago e membro do Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia escreveu obras universalmente consagradas como “Manicômios, Prisões e Conventos” e “A Apresentação da Pessoa na Vida Cotidiana” entre outras.

No presente texto busco analisar o preconceito contra as pessoas idosas, com base no pensamento desse autor em um dos seus mais famosos livros, “Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada”.

Logo na abertura desse trabalho, Goffman esclarece que “os gregos criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa má ou extraordinária sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso, um traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos. Mais tarde, na Era Cristã, dois níveis de metáfora foram acrescentados ao termo: o primeiro deles referia-se a sinais corporais de graça divina que tomavam a forma de flores em erupção sobre a pele; o segundo, uma alusão médica a essa alusão religiosa, referia-se a sinais corporais de distúrbio físico. Atualmente, o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal”.

O estigma é uma marca ou um atributo de natureza profundamente depreciativa imposto

a determinadas pessoas. Todavia, o estigma apresenta um aspecto relativo, porque trata-se de um atributo que ao estigmatizar alguém confirma a normalidade do outro. Podemos aplicar alguns conceitos desse autor à problemática dos velhos e do envelhecimento humano.

Para Goffman, o estigma em si mesmo não é honroso ou desonroso, pois tal qualificação depende do contexto. Por exemplo, em certas ocasiões um trabalhador pode esconder sua graduação universitária para exercer determinado cargo julgado inferior sem ser visto como um fracassado. No entanto, outro trabalhador pode ter que ocultar o fato de não ter um diploma de faculdade para certas funções que exigem essa formação.

Analogamente, podemos pensar que ter muita idade pode ser valorizado em certas circunstâncias, por exemplo para obter gratuidade no ingresso em transportes coletivos e em certos eventos artísticos. Em outros casos, na maioria deles aliás, o idoso pode ser tentado a ocultar sua verdadeira idade para ser menos desvalorizado.

Goffman aponta uma dupla perspectiva do estigma conforme sua visibilidade: o estigmatizado desacreditado e o estigmatizado desacreditável. O desacreditado é o indivíduo que já tem seu estigma conhecido, enquanto que o desacreditável é aquele que ainda tem sua marca estigmatizante desconhecida, por não ser imediatamente visível ou de alguma forma perceptível.

Dos vários tipos de estigma identificados por Goffman, creio que aquele que é relacionado a deformidades físicas, aplica-se bem aos

idosos. Como sabemos, o processo de envelhecimento físico tende a acarretar inúmeras transformações corporais: obesidade, queda e embranquecimento de cabelos, rugas, etc. Claro que a própria idade cronológica já é fator de discriminação, mas a estigmatização do velho parece ter origem basicamente em seu corpo, em sua aparência física, ainda que tal estigmatização seja menos intensa do que aquela que atinge o deficiente físico, propriamente dito.

Goffman fala de uma outra ordem de estigmas que ele classifica como advindos de “culpas” de caráter individual (vontade fraca, paixões tirânicas, crenças falsas e rígidas) inferidas de problemas de personalidade, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, desemprego, etc. Acrescentaríamos a essa lista o fenômeno social da aposentadoria. Efetivamente a condição de aposentado é estigmatizante. Ele é percebido como alguém incapaz porque nada mais tem a contribuir com sua força de trabalho. Se a situação de improdutividade do desempregado é provisória e ele tem, portanto, a possibilidade de uma reabilitação social, a do aposentado é definitiva. Sua imagem de improdutivo é ainda reforçada pelos preconceitos de incapacitação que atingem o corpo envelhecido.

De acordo com Goffman, a estigmatização produz a desumanização do estigmatizado. Ninguém foi sempre velho, mas em certo momento torna-se velho. Então, podemos dizer, seguindo essa linha de raciocínio, que o velho deixa de ser humano, pois deixa de ter alguns atributos de alguém qualificado como um normal ou, no mínimo, passa a ser “menos hu-

mano” do que os mais jovens. Lamentavelmente, para justificar tais absurdos, pseudoteorias são construídas para “explicar” a inferioridade do estigmatizado, segundo Goffman.

Portanto, pelas evidências corporais de seu estigma, os velhos são os estigmatizados do tipo desacreditado, conforme já mencionamos. No entanto, o processo de envelhecimento biológico apresenta ritmos bastante variáveis de uma pessoa para outra. Enquanto que alguns são vistos como muito “acabados”, outros são qualificados como “bem conservados”. Embora, haja uma “tentação” generalizada para a ocultação da idade, estes últimos são, é claro, os mais bem sucedidos nessa dissimulação. Então, idosos com uma aparência mais jovem podem ser enquadrados na categoria dos estigmatizados desacreditáveis devido ao encobrimento de sua condição estigmatizante, ou seja, sua faixa etária. Enquanto que estes, na convivência com pessoas “normais” empenham-se em manipular a informação sobre si mesmos, aos desacreditados só resta a tarefa de lidar com a tensão gerada nos contatos sociais, ao serem tratados de modo discriminatório.

Goffman salienta um importante aspecto das atitudes sociais estigmatizantes. A partir da “imperfeição original”, ou seja, do estigma propriamente dito, uma série de outras “imperfeições” são inferidas. Diz o autor, “Gritamos com um cego, como se fosse também surdo, tentamos levantá-lo como se fosse um aleijado”. Como todos sabem, tais generalizações de supostas incapacidades físicas e até mentais são bastante comuns no tratamento dispensado

aos mais velhos, mormente em ambientes como hospitais e asilos.

E como reage o estigmatizado? Para Goffman a “aceitação” (as aspas são do autor) é uma característica central da situação de vida do estigmatizado. Ele pode reagir de diferentes maneiras:

1) “Corrigindo” seu defeito: o analfabeto vai buscar instrução; o homossexual faz psicoterapia; o deficiente físico ou as pessoas envelhecidas podem recorrer à cirurgia plástica (muitos idosos recorrem a tratamentos rejuvenecedores, expondo-se muitas vezes a ação de exploradores e charlatães).

2) Dedicando grande esforço em atividades difíceis para sua condição física: um deficiente físico pode aprender a nadar (lembremos das paraolimpíadas), um cego escala montanhas e um idoso pode buscar na ginástica ou nos esportes um certo destaque (lembremos também das olimpíadas de veteranos).

3) Usando seu estigma para “ganhos secundários” como pretexto para suas dificuldades em várias áreas: Goffman relata o caso de um sujeito com lábio leporino que atribuía a esse fato suas dificuldades de relacionamento. Resolvido cirurgicamente o problema, essa pessoa constatou que muitas dificuldades do convívio social independiam daquele seu estigma. Também os idosos por vezes usam de modo oportunista falsas ou reais dificuldades características da velhice para obterem alguma vantagem das outras pessoas.

4) Atribuindo aos sofrimentos impostos por sua condição uma sabedoria especial que deve transmitir às pessoas: O estigmatizado pode até julgar as pessoas normais como sendo limitadas para perceber as coisas. Muitos idosos pensam que apenas o fato de serem mais vividos lhes dá suficiente sabedoria para doutrinar as pessoas mais jovens. Sabemos que não basta acumular experiências de vida, é preciso realmente aprender com elas.

5) Isolando-se em razão de sentimentos como desconfiança, depressão, hostilidade, ansiedade, inveja ou confusão: infelizmente, muitos velhos adotam essa literal saída do mundo, permanecendo isolados em suas casas, evitando o contato com parentes, vizinhos e amigos.

Goffman ressalta também a importância do estudo das relações entre “normais” e estigmatizados, já que as reações de ambos no contato interpessoal resultam em causas e efeitos do estigma.

O estigmatizado freqüentemente tem a sensação de não saber exatamente o que pensam dele. Sente-se em exibição durante o contato com pessoas “normais”. Seus menores atos são vistos como “feitos notáveis”, aponta Goffman. O autor cita alguns exemplos: 1) um criminoso que surpreende porque lê “obras clássicas”, em vez de novelas de brochura; ou 2) um cego que impressiona as pessoas ao acender um cigarro, como se fosse um mágico tirando coelhos de cartola. Em entidades como o SESC diariamente os idosos desenvolvem com



desembarço atividades de teatro, música, artes plásticas, esportivas, etc. Muitas pessoas, inclusive jovens se surpreendem com o desempenho das pessoas idosas nessas áreas, por terem uma visão da velhice como algo incapacitante.

Contraditoriamente os menores erros cometidos por estigmatizados são vistos como expressões diretas do estigma. Por exemplo, ex-pacientes psiquiátricos tendem a evitar discussões acaloradas porque temem interpretações errôneas sobre suas emoções. Outro exemplo citado por Goffman refere-se às diferentes reações à queda de uma pessoa “normal” e a de um deficiente físico. Em relação aos idosos podemos pensar nos esquecimentos do local onde foi posta a chave da porta ou do número de certo telefone. Quando é um adolescente que é acometido dessas falhas de memória, as pessoas dizem que é um “distraído”. Quando ocorre com um idoso, é porque está “gagá”.

O indivíduo estigmatizado está sujeito a ficar exposto em sua privacidade em decorrência de uma curiosidade mórbida por parte de adultos e crianças. Podemos pensar na situação em que uma pessoa idosa tem que responder mil perguntas sobre seu aparelho de surdez ou dentadura. Como reação, o estigmatizado pode escolher a agressividade em vez do retraimento ou, ainda, oscilar entre essas duas posições.

O conforto e o apoio moral do estigmatizado podem ser obtidos em grupos de pessoas semelhantes. O problema se dá quando nesses grupos só se fala ou se pensa no estigma. Goffman cita o exemplo da associação que os americanos fazem ao nome Roosevelt. A maioria das pessoas lembra aquele que foi presidente

dos EUA, enquanto que um deficiente físico pode primeiramente lembrar-se que foi alguém que teve poliomielite.

Em relação à questão do associativismo, Goffman esclarece que os grupos de estigmatizados podem ser representados por “nativos”, isto é, por pessoas que possuem o estigma, ou podem ser representados por pessoas “normais”, profissionais especializados, por exemplo. Nos grupos de convivência de idosos, ambas as situações são encontradas. Em alguns, o próprio grupo escolhe suas lideranças, em outros, há a coordenação de um técnico ou funcionário ligado a uma determinada instituição.

Uma tarefa característica dos representantes de tais grupos é a de convencer o público a usar um “rótulo” social mais flexível para identificar a categoria. O termo Terceira Idade é bastante difundido entre os idosos, que preferem ser assim denominados em vez de “velhos” ou mesmo “idosos”.

Os representantes “nativos” geralmente atuam como oradores que apresentam depoimentos de realizações, “heróis da adaptação, mercedores de recompensa por serem boas pessoas”, nas palavras de Goffman. É comum entre os idosos tais discursos de auto-enaltecimento, de exaltação do próprio ego. São momentos em que os mais idosos demonstram orgulho por pertencerem a essa faixa etária.

As publicações dos grupos de estigmatizados caracterizam-se como órgãos de defesa dos direitos da categoria. De fato, há muitos jornais e boletins, elaborados por grupos da Terceira Idade que apresentam tal característica.

Goffman chama de “normais informados”

as pessoas que convivem com os estigmatizados e que gozam da confiança destes. O “informado” pode ser um amigo, parente ou profissional especializado. Realmente, assim como ocorre no trabalho social com outros públicos, muitos profissionais conquistam a confiança dos velhos com quem trabalham. O autor afirma que essa pessoa também está sujeita a ser estigmatizada. Em minha experiência pessoal, tenho lembrança de um amigo que considerou mórbida minha opção de trabalhar com pessoas de idade avançada.

A relação entre o especialista e o estigmatizado, assim como deste com um amigo, pode ser conflituosa. Goffman argumenta que podem ocorrer sentimentos de desconfiança mútua entre os estigmatizados e seus aliados “normais”, principalmente por parte do estigmatizado.

Os estigmatizados possuem uma carreira moral, de acordo com Goffman. Eles passam por semelhantes experiências de aprendizagem sobre sua condição. A propósito, o autor propõe 4 modelos de socialização:

- 1) estigmatizados congênitos (estigma conhecido e aberto a todos);
- 2) estigmatizados camuflados pela família, principalmente na infância;
- 3) estigmatizados socializados em uma comunidade, cidade ou país diferente de sua origem.
- 4) Estigmatizados a partir de uma fase adiantada da vida (como ocorre com os velhos).

Lembremos ainda que para muitas pessoas o estigma da velhice vem se somar a outros,

“...pelas evidências corporais de seu estigma, os velhos são os estigmatizados do tipo desacreditado, conforme já mencionamos. No entanto, o processo de envelhecimento biológico apresenta ritmos bastante variáveis de uma pessoa para outra. Enquanto que alguns são vistos como muito “acabados”, outros são qualificados como “bem conservados”. Embora, haja uma “tentação” generalizada para a ocultação da idade, estes últimos são, é claro, os mais bem sucedidos nessa dissimulação. Então, idosos com uma aparência mais jovem podem ser enquadrados na categoria dos estigmatizados desacreditáveis devido ao encobrimento de sua condição estigmatizante, ou seja, sua faixa etária...”

de etnia, credo, aparência física, etc, que acompanham suas existências há muito mais tempo.

Há situações nas quais a estigmatização está associada à admissão em uma instituição fechada, como é o caso dos velhos asilados, ou mesmo, em menor escala, daqueles pertencentes a um grupo de convivência aberto. Ocorrem também sentimentos de ambivalência em relação à vinculação com o grupo. Entre idosos é possível observar sentimentos ambíguos por pertencer a um grupo de iguais, porque, se por um lado, há uma série de gratificações por essa

pertinência, por outro tal vínculo reafirma sua condição de velho.

Finalmente, Goffman amplia sua análise sobre as expectativas sociais em relação ao estigmatizado, afirmando que a sociedade ora o vê como alguém que é um ser humano como os outros e como tal deve se comportar, ora o vê como um ser limitado e que, por isso, deve saber qual é o seu "lugar" e sua "turma". Essa contradição contamina também os profissionais da área. É possível constatar muitos preconceitos dos profissionais em relação aos velhos, que freqüentemente resultam em comportamentos extremos de superproteção, distanciamento ou mesmo negligência.

Mas há uma dimensão social e política mais ampla na problemática da velhice. A discriminação dos velhos é o resultado dos valores típicos de uma sociedade de consumo e de mercantilização das relações sociais. O exagerado enaltecimento do jovem, do novo e do descartável além do descrédito sobre o saber adquirido com a experiência da vida são as inevitáveis conseqüências desses valores.

Felizmente, essa realidade opressiva sobre os velhos está mudando para melhor. O aumento espetacular do percentual de idosos em praticamente todo o mundo e a organiza-

ção da Terceira Idade em grupos de pressão, na forma de Conselhos Municipais e Estaduais de idosos, parece ser um começo promissor rumo a uma mudança de mentalidade. Há a perspectiva de que os "modelos" de novas formas de envelhecer se multipliquem obrigando a sociedade a rever suas representações de velhice e de envelhecimento.

Talvez, o estímulo ao convívio entre as gerações, através de projetos institucionais, seja também um caminho frutífero. Não é difícil constatar, por exemplo, um processo de co-educação de gerações nas atividades do SESC, como resultado de um intenso relacionamento desenvolvido entre os idosos e os monitores da instituição, geralmente pessoas mais jovens. Possivelmente a aproximação física e a afetiva dos "normais" com o "diferente", no nosso caso o idoso, possam paulatinamente enfraquecer discriminações de todos os tipos. Assim esperamos e creio que com essa perspectiva devemos agir.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Trabalho Voluntário Como Promoção de Integração Social do Idoso

MARIA CRISTINA DAL RIO

ASSISTENTE SOCIAL E MESTRE EM GERONTOLOGIA PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. DOCENTE EM FACULDADES ABERTAS PARA A TERCEIRA IDADE.

“O trabalho voluntário, exercido de forma cada vez mais expressiva em nosso meio, apresenta-se como uma das possibilidades de inclusão do segmento idoso da população (...) Esse tipo de trabalho possibilita aos aposentados recriar o presente, efetivando um projeto de vida que introduz variações no cotidiano que oportunizam transformações”.

INTRODUÇÃO

Nossa sociedade urbano-industrial impõe um isolamento social às pessoas que envelhecem e não participam diretamente do processo produtivo. As relações sociais que estas pessoas estabeleceram ao longo da vida se enfraquecem ou, então, se interrompem. O trabalhador aposentado perde o círculo de amigos feito a partir das relações do trabalho; as mulheres vêem diminuídas suas obrigações domésticas e para com os filhos à medida que estes conquistam sua independência (Ferrigno, 1998).

Algumas transformações têm ocorrido e muitas pessoas rompem com estereótipos que as relegam ao ostracismo ou lhes atribuem limitações que realmente não têm. Assim, tornam-se socialmente ativas. No entender de Lopes (1990), são aquelas pessoas que, de alguma forma, estão envolvidas com atividades de enriquecimento pessoal, de convivência, de produtividade. Exercem atividades remuneradas, participam de teatro amador, realizam atividades de lazer, esportivas ou freqüentam grupos de convivência, mantendo-se socialmente ativas e encontrando, com prazer, um sentido para a vida.

Observo que muitos participantes de grupos de reflexão sobre o envelhecimento, grupos de convivência e de Escolas Abertas para a Terceira Idade com os quais venho trabalhando, não sucumbem à imposição de afastamento que a sociedade lhes impõe, talvez porque busquem formas de se manter inseridos no mundo. Dentre esses grupos, os

aposentados em geral e, mais especialmente, os aposentados que realizam atividades como voluntários, buscando, talvez, formas alternativas de inserção social, chamam minha atenção, constituindo-se em sujeitos de meus estudos.

Para estudá-los, efetuei uma pesquisa, no curso de Pós-Graduação em Gerontologia, buscando conhecer as razões centrais que os levam a se manterem ativos por intermédio do trabalho voluntário. Por conseguinte, defini como objetivos: caracterizar os sujeitos da amostra, isto é, pessoas que se aposentaram, que estão envelhecendo e, desenvolvendo trabalho voluntário; compreender as razões que os levaram a este trabalho; bem como o significado deste para os pesquisados, a família e a sociedade.

A metodologia qualitativa foi utilizada como estratégia para caracterização e análise dos dados colhidos por meio de depoimentos, que abordaram vários aspectos da vida dos depoentes. De acordo com Queiroz (1998:275), em ciências sociais, depoimento significa o relato de algo que o informante efetivamente presenciou, experimentou ou de alguma forma conheceu, podendo assim, certificar.

O grupo pesquisado foi composto por oito aposentados envolvidos com trabalho solidário que freqüentam instituições com as quais tenho uma relação profissional ou voluntária no campo da Gerontologia.

APOSENTADORIA, VELHICE E TRABALHO VOLUNTÁRIO

O tema deste artigo, voluntariado como uma das possibilidades de inserção social do idoso no tempo do pós-trabalho, indica a necessidade de uma abordagem teórica das categorias que constituem seus eixos norteadores: velhice, aposentadoria e trabalho voluntário e suas respectivas conexões.

A velhice, como um fato natural, é um fenômeno biológico que ocorre a todos os seres humanos. O organismo do idoso entra em declínio quando se reduzem suas capacidades de subsistir. Citando Beauvoir (1990:32): “O envelhecimento, e depois a morte, sobrevêm quando um determinado programa de crescimento e de maturação chegou ao seu termo”. A morte ocorre em qualquer fase do curso da existência, mas mais freqüentemente ela sucede à velhice e, muito freqüentemente, vem associada a uma ou mais patologias, muitas vezes, sem comprometer a capacidade funcional.

Contudo, como refere Debert (1994) ao pensarmos na velhice, não podemos considerá-la apenas como fenômeno biológico natural e universal, mas também como fato social e histórico, que corresponde à variabilidade de formas em que é concebida e vivida em diferentes realidades. A identidade do velho define-se em parte como fenômeno biológico, mas não é suficiente para explicar uma totalidade: comportamentos, pensamentos e atitudes da pessoa idosa. Acompanhando o pensamento de Beauvoir (1990: 15): “A velhice, como todas as situações humanas, tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo e, portanto, sua relação com o mundo

e com sua própria história. Por outro lado, o homem nunca vive em estado natural: na sua velhice, como em qualquer idade, um estatuto lhe é imposto pela sociedade a qual pertence”.

A velhice tem que ser compreendida em sua totalidade, tanto como fato biológico como cultural. Na dimensão cultural está implícita a idéia de que os fatos se modificam e têm que ser apreendidos em sua constante dinâmica. Ser velho, portanto, é um fenômeno que se altera no tempo e no espaço.

A pesquisa histórica e a antropologia têm estudado a velhice e seu significado em todas as épocas e culturas. Os resultados têm demonstrado que tanto ela como as demais fases da vida não são conseqüências de uma evolução científica marcada por formas cada vez mais precisas no desenvolvimento biológico e, sim, categorias socialmente produzidas, que envolvem luta política, na qual está em jogo a definição de poderes ligados a grupos sociais distintos.

Essas categorias, entretanto, têm importância na organização do sistema social, político e econômico, com ênfase especial no mercado de trabalho e na definição da aposentadoria.

Neste artigo, aborda-se a velhice com ênfase na questão da aposentadoria, temas que estão intimamente relacionados na sociedade ocidental, pois se associaram ao conjunto de transformações do desenvolvimento capitalista e levaram à criação de uma diversidade de instituições que tenderam e tendem a substituir a família no cuidado das gerações mais velhas.

Resenha bibliográfica de Debert e Simões (1994) sobre Terceira Idade e aposentadoria

“Observo que muitos participantes de grupos de reflexão sobre o envelhecimento, grupos de convivência e de Escolas Abertas para a Terceira Idade com os quais venho trabalhando, não sucumbem à imposição de afastamento que a sociedade lhes impõe, talvez porque busquem formas de se manter inseridos no mundo...”

aponta que esta passou a fazer parte da preocupação das sociedades americanas e francesas, quando a primeira geração de trabalhadores envelheceu. A velhice passou a ser associada à invalidez e à incapacidade de produzir e o problema era quem deveria arcar com o velho, se a empresa ou a família, que até então cuidava dele. A aposentadoria configurou-se, então, como sistema de proteção aos trabalhadores idosos.

Foi somente no final do século XIX que o tema aposentadoria entrou, efetivamente, na pauta das reivindicações operárias. Até então, os debates no parlamento sobre sistema de aposentadoria não encontravam ressonância na classe operária, apesar dos velhos estarem vivendo em condições miseráveis, a cargo da família ou de instituições assistenciais.

Morrisson (apud Debert & Simões, 1994) descreve que muitos estereótipos negativos acerca da capacidade dos trabalhadores mais velhos desenvolveram-se no rápido processo de industrialização e absorção de mão-de-obra que ocorreu nos Estados Unidos entre 1920 e

1940, antes da aposentadoria se converter em instituição legítima. Esses estereótipos estavam associados à complexificação dos organismos industriais, à adoção de técnicas científicas de administração que enfatizam a velocidade e a concepção de que a capacidade do trabalhador declinava com o tempo até se esvaír, destituindo do velho a possibilidade de produzir.

Assim, em partes do Primeiro Mundo, nas décadas de 1920 a 1940, houve a generalização dos sistemas de aposentadoria. A partir de 1960, aumentaram na França e nos EUA, os fundos manipulados pelos especialistas em velhice, o número de aposentados e a ajuda social à velhice.

Desta maneira, a ampliação do trabalho assalariado para as classes médias aumenta a aposentadoria para outros setores sociais e profissionais, não se tratando mais de assegurar a velhice dos pobres. Sindicatos e associações assumem papel ativo na luta por melhores condições de aposentadoria. Passa a existir a formação de instituições e agentes com a função específica de tratar a velhice e que se interpuseram entre as gerações da família. Surgiram especialistas em geriatria e gerontologia e foram definidos campos de atuação que requeriam saber especializado.

Mudaram também concepções sobre o envelhecimento e políticas específicas voltadas para aposentadoria: não só resolver problemas econômicos, mas proporcionar cuidados culturais, psicológicos para integrar socialmente uma população tida como marginalizada. Estas novas representações não são só obra de especialistas em velhice, mas também correspon-



dem à demanda por novas formas de gestão da velhice, que resultaram de transformações nas relações entre gerações. Estão ligadas às mudanças no modo de produção social e na posição do grupo doméstico no interior dos mecanismos de reprodução. A inversão nas relações entre gerações no interior da família afetou de maneira distinta os idosos, conforme a classe social.

É preciso, portanto, perceber que processos mais gerais, num primeiro momento, fizeram da aposentadoria, por meio de sua associação com a velhice, um dos sinais mais visíveis da entrada na última etapa da vida e, num segundo momento, desvincularam-na do fim da vida, identificando-a como Terceira Idade, período privilegiado de lazer e novos aprendizados (Debert e Simões, 1994).

Além desses processos reais de transformações ocorridas acerca do envelhecimento e nas relações entre gerações, é necessário salientar que o aumento da expectativa de vida para os indivíduos e o conseqüente aumento do segmento idoso no conjunto da população, alterou o perfil demográfico das nações, entre elas o Brasil, e trouxe a necessidade de estudos que definam políticas públicas para este segmento.

Nosso país, capitalista em fase de desenvolvimento, apresenta sérios desequilíbrios sociais, pois nele coexistem regiões com características semelhantes às dos países desenvolvidos, e outras, cujas características são próprias dos países subdesenvolvidos.

A sociedade, em geral, inclusive o segmento idoso, sofrem com as conseqüências

dessa desordenada estrutura sócio-econômica, seja no meio urbano seja no rural. Ensaio de Magalhães (1987) tece considerações sobre essas duas realidades, tentando situar o envelhecimento na realidade brasileira. Segundo ele, os trabalhadores do meio rural, do qual não se conhecem precisamente as dimensões, abriga uma velhice excluída do desenvolvimento, hipodotada e biologicamente acelerada pelas características adversas da vida rural e pelos baixos salários.

No meio urbano, encontramos uma população marginal produzida por um modelo econômico que absorve mão-de-obra qualificada, que incorpora cada vez mais tecnologia avançada, ignorando contingentes migratórios formados por populações desqualificadas e migrantes, que buscam sua absorção nos grandes centros urbanos metropolitanos. Nessa população existe uma velhice urbana, em aguda carência material, o que favorece o abandono, a delinqüência e a demência senis.

Quando as condições sócio-econômicas das populações de baixa renda e renda eventual possibilitam mínimos de regularidade e continuidade de vida social, formam-se agrupamentos sociais com grupos de trabalho, vida religiosa, familiar, grupos de vizinhança e lazer, relativamente estáveis.

Neste contexto, floresceu uma classe operária brasileira que, ao envelhecer, deparou-se com a perda da capacidade laborativa e com a impossibilidade de aumentar sua renda e seu patrimônio, dando início às lutas pela aposentadoria e por outros benefícios sociais à velhice. Essas lutas identificaram o idoso com o velho

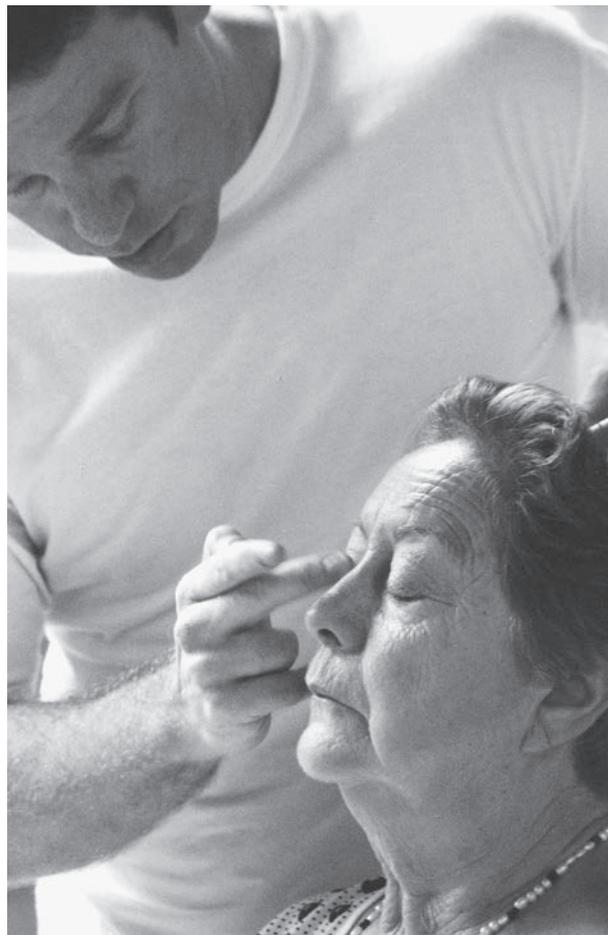
trabalhador sem condições laborativas, carente, portanto, da proteção do Estado. Quando esta classe transforma a questão privada da velhice em questão pública, sob a responsabilidade das instituições oficiais, baliza o surgimento da questão social do idoso, redundando no advento do sistema previdenciário brasileiro e do benefício da aposentadoria, extensivo à grande maioria dos trabalhadores.

Alguns poucos indivíduos, entretanto, das elites detentoras de prestígio, poder e riqueza conseguem manter condições que favorecem a sociabilidade, a autonomia e o apoio para a realização de tarefas necessárias à sobrevivência.

Coexistem, então, na sociedade brasileira, uma velhice hipodotada, subdesenvolvida, precocemente envelhecida, oriunda das camadas populares marginais do campo e da cidade, que equivale à dos países subdesenvolvidos, com uma velhice bem dotada, localizada no âmbito das elites e que tem condições equivalentes à dos países desenvolvidos.

Como vimos, a concepção do trabalho, enquanto princípio ordenador da vida social, é produto do mundo moderno. Assim, o aposentado, quando se afasta do mundo produtivo, afasta-se também do espaço público, ficando com a sociabilidade enfraquecida, pois, frequentemente, ela foi construída, sobretudo, a partir das relações de trabalho. Este corte, feito, geralmente, de forma abrupta, sem nenhuma preparação prévia, faz com que a pessoa se volte para o espaço privado, reproduzindo as condições de isolamento, de invisibilidade e de alienação (Arendt, 1989).

A aposentadoria, ao privatizar as relações



sociais e dificultar a inserção no espaço público, faz com quem o velho deixe de aparecer “no mundo” e fique esquecido das mediações das políticas públicas. Entretanto, como já visto, o número de velhos e aposentados se torna cada vez maior, até mesmo pelas transformações demográficas que apontam um grande aumento do segmento idoso no conjunto da população, o que lhe dá visibilidade. Essa visibilidade, contudo, não se dá, ainda, pela ação e pelo discurso desse segmento - cujos movimentos começam a despontar no espaço público - mas pelas conseqüências sociais advindas da fragilização em saúde física e financeira dessas pessoas.

Se é no espaço público - o espaço de pensar conjuntamente - que se forma opinião,

“É preciso, portanto, perceber que processos mais gerais, num primeiro momento, fizeram da aposentadoria, por meio de sua associação com a velhice, um dos sinais mais visíveis da entrada na última etapa da vida e, num segundo momento, desvincularam-na do fim da vida, identificando-a como Terceira Idade, período privilegiado de lazer e novos aprendizados (Debert e Simões, 1994).”

se o aposentado não aparece nele ou se é referido com imagem distorcida, não se elabora um pensamento correto sobre ele. Assim, ele passa a viver por si e mais voltado para a esfera privada, isolando-se da sociedade, onde já não tem importância e nem é valorizado, pois não integra mais o mundo produtivo, permitindo que as raízes de seus problemas e de suas necessidades sejam afastadas da esfera pública. Em decorrência, passa a não ter visibilidade, fica com a sociabilidade restrita, nunca é visto e pensado como ser e categoria singular, parte integrante da sociedade. Nesse sentido, as ações e os pensamentos públicos dificilmente irão reconhecer seus direitos (Arendt, 1989).

Quando o aposentado passa a buscar uma (re)integração, uma forma de (re)inserir-se na sociedade, por meio da participação em movimentos, desenvolvendo qualquer tipo de atividade, provavelmente está negando o isolamento que lhe é imposto e recolocando-se

no espaço público para manter-se socialmente ativo, para buscar a companhia dos iguais na tentativa de viver junto, de revelar quem é.

O trabalho voluntário, exercido de forma cada vez mais expressiva em nosso meio, apresenta-se como uma das possibilidades de inclusão do, cada vez mais numeroso, segmento idoso da população e onde se incluem os aposentados (Arruda, 2000). Este tipo de trabalho, numa perspectiva individual, possibilita aos aposentados recriar o presente, efetivando um projeto de vida no pós-trabalho e na velhice, que introduz variações no cotidiano que oportunizam transformações. Por outro lado, numa perspectiva mais abrangente, isto é, enquanto movimento social, estabelece uma nova relação de força na sociedade, estimulando a cidadania e a reinserção deste grupo no espaço público, criando condições para que o envelhecimento não seja negado, mas seja, simplesmente, um dos inúmeros momentos do curso da existência, quando convivem, “humanisticamente”, força e fragilidade.

O movimento dos aposentados para uma reinserção no espaço público, mantendo-se voluntariamente ativos por meio de uma ação solidária, talvez possa ser entendido como parte de um processo de mudança sobre a cultura da velhice que há alguns anos se instalou no Brasil. Segundo Birman (1995), o progressivo aumento da população mais velha, além da culpabilidade por séculos de desprezo, passam a exigir da sociedade novas modalidades de preocupações e interesses e aumentam a responsabilidade sobre este segmento da população. “É possível que a velhice acabe por receber um ‘reconheci-

mento simbólico' referente ao seu lugar social que foi não lhe foi atribuído nos últimos 2000 anos" (38).

O EXERCÍCIO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO

Abordaremos o tema central deste artigo, ouvindo os depoentes e apresentando o resultado do estudo de oito casos. O grupo pesquisado compõe-se de cinco mulheres e três homens, a maioria natural do Estado de São Paulo; apenas uma pessoa é estrangeira. A maior parte reside na Capital e um no Interior. Os casados e separados apresentam maior e igual representatividade (3), existindo pequena incidência de solteiros e viúvos. Dois é o número médio de filhos. A representatividade entre as idades de 45 a 75 anos é equilibrada, havendo uma maior concentração na faixa de 71 a 75 anos (3). Predominam os católicos (6) e os engajados em alguma atividade religiosa (5). A maioria tem curso superior completo (4) ou incompleto (1) e o restante, segundo grau completo. A renda, tanto pessoal como familiar, varia entre R\$450,00 e R\$10.000,00, o que possibilita independência financeira para a maioria. Apenas três mulheres dependem dos filhos. Todos possuem casa própria. A ocupação durante a vida de trabalho manteve uma relação direta com a formação profissional, tendo grande parte deles (7) trabalhado na condição de empregado.

Por conseguinte, este perfil dos entrevistados permite analisar que estamos diante de pessoas com um bom grau de informação/formação, constituindo famílias estáveis, viven-

"A aposentadoria pressupõe, em tese, um retorno ao espaço privado, a uma maior aproximação com a vida em família. O grupo estudado, ao se engajar no voluntariado, se recusou a viver apenas em função das relações familiares, inserindo-se no espaço mais amplo, no espaço público."

do (a maioria) com uma renda mensal que lhes permite estabilidade material, enfiadas em convívio público que extrapola o mero âmbito do trabalho formal, até mesmo pelo voluntariado a que se dedicam, e cuja longevidade não tem sido sinal daquele envelhecimento estereotipado que estamos acostumados a verificar em certas ideologias, inclusive, na mídia.

O tempo do pós-trabalho, caracterizado pelos depoentes como uma nova etapa, passou a ser dedicado, em parte, às atividades comunitárias, voltadas para ajudar o próximo. Parece-nos que essa decisão é tomada para atender a valores religiosos, a necessidades pessoais de crescimento e para dar continuidade ao trabalho interrompido, às vezes precocemente, com a aposentadoria. Há aqueles que denotam uma forma de retribuir o que receberam, passarem adiante o seu legado profissional ou mesmo exercerem a cidadania.

A escolha por um determinado tipo de trabalho solidário consistiu em um ato espontâneo pela vontade de contribuir para um mundo melhor e, para a maioria, não foi uma atividade

nova, pois que o exerceram em momentos anteriores de suas vidas.

- “Comecei a fazer o trabalho lá [creche] como coordenadora pedagógica. E eu tive oportunidade de fazer [como assistente social] um treinamento para trabalhar na Santa Casa, como voluntária, na área da saúde, com criança, porque minha identificação com criança é muito grande”. (Eloísa, 51 anos)

- “Trabalho voluntário é a aplicação de todas as novidades que eu tenho encontrado no exercício da profissão de advogado e toda consciência da conveniência de levar a quem precisa, quem me procura”. (Jonas, 74 anos)

- “É o Amor Exigente, sim. Olha, eu comecei como ouvinte, agora eu sou coordenadora”. (Dolores, 66 anos)

- “Então foi me proposto ser uma das pessoas fundadoras do Banco de Olhos de Mogi das Cruzes”. (Roberto, 55 anos)

- “Aí eu entrei no Grande Conselho” [Conselho Municipal de Idosos]. (Zaira, 75 anos)

- “Nós fazemos sopa para gestantes” [no centro espírita]. (Helena, 45 anos)

- “E sempre tive um serviço [voluntário] na igreja [católica], sempre mais religião” (Emiliana, 75 anos)

- “O Primeiro contato que eu tive com a associação [de aposentados] foi um trabalho específico sobre planos de suplementação de aposentadoria”. (Fagundes, 57 anos)

Assim, as principais razões que mobilizaram o grupo estudado ao voluntariado foram descritas como retribuição pelo que se

recebeu, partilha da experiência acumulada durante a vida, retribuição pelo apoio recebido de entidade de ajuda mútua, sendo essas razões freqüentemente ancoradas em valores religiosos que incentivam o trabalho e o amor ao próximo.

- “Acho que foi consciência cristã, de fazer aquilo que sabe, aquilo que gosta e lembrar que isto deve ser distribuído para aquelas pessoas que precisam. Se eu não passar para ninguém, se um dia eu morrer, vai ser enterrado”. (Jonas)

- “Olha, isso me dá muito prazer. Eu continuo fazendo mais por motivo de fé agora. Eu acho que eu tinha que me doar, vale a pena, que Deus me abençoou muito”. (Emiliana)

- “Porque eu acho que eu recebi uma ajuda muito grande de lá [Amor Exigente]. Eu não entendia que meu marido era alcoólatra. Então, eu acho que como eles me ajudaram, eu tenho a obrigação de ajudar”. (Dolores)

Outra razão identificada nos depoimentos diz respeito a alguma forma de “obrigação”, “compromisso” que pudesse preencher o vazio trazido pela aposentadoria, que, para alguns ocorreu prematuramente.

- “A razão principal foi achar algo que tivesse alguma, alguma obrigação, não tão grande”. (Fagundes)

- “Você se aposenta, você olha, estou totalmente realizada e satisfeita com tudo aquilo que eu fiz e eu não me senti assim, foi interrompido. Então, somente agora, voltando a fazer esse trabalho é que estou

conseguindo preencher realmente aquilo que interrompi, numa determinada etapa da minha vida". (Eloísa)

Há, também, a expressão de sentimentos e atitudes de altruísmo em relação aos mais carentes como razão apontada para a prática do voluntariado.

• "Então, o meu principal objetivo é quando a gente vê que está fazendo um trabalho em prol dos nossos irmãos, em prol das outras pessoas mais necessitadas". (Roberto)

• "Eu sempre tive vontade de fazer alguma coisa em doação pra alguém. Eu não sei se foi o modo de criação ou mesmo do meu interior e eu sonhava que um dia aposentada, eu iria fazer alguma coisa pra alguém". (Helena)

Uma ação voluntária está ligada à solidariedade, que na natureza humana é a capacidade de agir em benefício do outro, mas, mesmo sem se dar conta, o voluntário espera usufruir algo em troca. Ser solidariamente ativo abre a possibilidade de continuar o processo de realização e aperfeiçoamento enquanto ser humano, preocupado consigo e com o próximo. Propicia, ao mesmo tempo, uma inserção na comunidade e no mundo, vencendo o individualismo e o isolamento, fatores muito presentes no pós-trabalho e na velhice. Evitá-los, também, deve ter sido uma das causas da busca de outra atividade, que compensasse, inclusive, a perda de prestígio decorrente da saída do mundo produtivo.

• "Eu acho assim, eu acho, muito bom pra mim e pras pessoas. Eu estou fazendo alguma coisa prá ajudá-los". (Zaira)

• "Aquela vaidade que cada um tem de imaginar que está se auto-realizando. Quantas vezes, com esse trabalho a gente descobre coisas que nunca tinha percebido na vida profissional?" (Jonas)

• "Porque ele me satisfaz plenamente, sabe? Saber que eu posso contribuir. Eu cresço, também, muito, espiritualmente, emocionalmente, em todos os sentidos". (Eloisa)

• "Isso eu faço com prazer. Então, há um crescimento, muita gente acha que fazer, dar alguma coisa pra alguém, você realmente só está dando. Não, você ganha muito mais. Fica tudo mais amplo, você fica aberta". (Helena)

• "Olha, significa um prazer muito grande". (Emiliana)

• "Eu me realizo bastante, como também, percebo que não só aquelas pessoas que eu sirvo, que são aquelas pessoas deficientes, como também toda uma comunidade reconhece o trabalho que é feito". (Roberto)

A aposentadoria pressupõe, em tese, um retorno ao espaço privado, a uma maior aproximação com a vida em família. O grupo estudado, ao se engajar no voluntariado, se recusou a viver apenas em função das relações familiares, inserindo-se no espaço mais amplo, no espaço público.

A reação mais comum dos familiares a esta opção foi de compreensão e apoio, provavelmente por reconhecerem que pessoas tão dinâmicas pudessem se desadaptar com

a inatividade e que a realização de projetos é muito importante para a manutenção da qualidade de vida pessoal e familiar.

•“Ah, eles gostam! Porque assim eu não fico só em casa. Eu saio, faço as coisas, caminho”. (Zaira)

•“A Nilda [esposa], ela me fala [apoiando] às vezes, o meu sonho, um dos projetos que eu tenho em mente é fazer um Centro Oftalmológico aqui na cidade”. (Roberto)

•“Uma coisa boa me acontece no trabalho voluntário. Então, para minha esposa, para o meu filho, eu conto e conto com orgulho, conto com orgulho mesmo”. (Fagundes)

•“Eu acho ótimo, porque nós fizemos um grupo muito bom. A gente tem uma amizade grande, é como uma família”. (Dolores)

O grupo conseguiu contextualizar, socialmente, o trabalho voluntário. Reconhece que sempre existiu, mas que, ultimamente, vem recebendo uma atenção diferenciada tanto da parte do Governo quanto da sociedade civil, o que tem ampliado a cultura da solidariedade entre nós e que agora procura enfatizar uma ação mais vinculada à solidariedade, procurando estabelecer uma relação baseada em direitos.

Alguns atribuem ao trabalho voluntário um papel complementar às políticas sociais do Governo, julgando este incapaz de cobrir as necessidades básicas da população e transferindo aos cidadãos e às entidades sociais o dever de colaborar.

•“Olha, eu acho que a sociedade já está

se conscientizando que o trabalho voluntário, ele traz duas coisas. Primeiro lugar o benefício da pessoa que recebe o resultado do trabalho voluntário e, também, a necessidade de que esse trabalho venha complementar aquilo que no passado o mundo esperava do poder público”. (Jonas)

•“Porque se tem pessoas com dificuldade ou doentes, o governo não tem tanto dinheiro para ajudar todo mundo; então, a gente tem que estar disposto a fazer alguma coisa, não?” (Dolores)

•“Sobre o voluntariado e essas entidades que existe hoje prestadora de serviço filantrópico, se hoje acabar aqui essas entidades, Mogi das Cruzes vai ao caos. Não tem estrutura pra manter isso tudo que é feito através de pessoas, de um serviço voluntário”. (Roberto)

A valorização da ação voluntária e solidária foi identificada como positiva. Um deles ressaltou, entretanto, esta valorização como um possível modismo, que impele as pessoas a praticá-la simplesmente em função de apelo do momento, sem que haja uma opção consciente. E outro, apontou a necessidade da compreensão do propósito deste tipo de ação, tanto por quem a pratica, quanto por quem a recebe, para que possa ser eficaz, evidenciando, inclusive, uma consciência social.

•“Está tendo uma campanha pro trabalho voluntário. Eu acho isso maravilhoso, se todo mundo fizesse alguma coisa o mundo seria muito melhor”. (Emiliana)

•“Um modismo bom, está parecendo que



“Uma ação voluntária está ligada à solidariedade, que na natureza humana é a capacidade de agir em benefício do outro, mas, mesmo sem se dar conta, o voluntário espera usufruir algo em troca. Ser solidariamente ativo abre a possibilidade de continuar o processo de realização e aperfeiçoamento enquanto ser humano, preocupado consigo e com o próximo. Propicia, ao mesmo tempo, uma inserção na comunidade e no mundo, vencendo o individualismo e o isolamento, fatores muito presentes no pós-trabalho e na velhice. Evitá-los, também, deve ter sido uma das causas da busca de outra atividade, que compensasse, inclusive, a perda de prestígio decorrente da saída do mundo produtivo.”

é quase obrigação das pessoas fazer algo por alguém, sabe?” (Fagundes)

• “É uma coisa, assim difícil, porque a gente tem que analisar daquele que recebe o voluntário e daquele que se oferece para trabalhar. Aquele que se oferece para trabalhar como voluntário tem uma disponibilidade e ele, às vezes, abraça uma causa, muitas vezes, sem saber o que ele está abraçando”. (Eloisa)

• “Mas está existindo um outro lado, as pessoas estão se colocando mais. E no meu conceito [se] cada um não der um pouquinho não vai ter como melhorar não”. (Helena)

Este grupo revelou ser composto por pessoas que têm valores sedimentados na solidariedade, muito freqüentemente na religiosidade e os traduzem em uma atitude pró-ativa frente às questões sociais, apenas acentuadas com o tempo liberado do pós-trabalho. Esta postura, com certeza, sustenta as razões para o envolvimento com o trabalho solidário. Em contrapartida, depreende-se que, o exercício da voluntariedade, tal como o do trabalho remunerado, significa fonte de

prazer, realização e projeção pessoais.

As relações e obrigações familiares não deixam de ter importância e primazia para os entrevistados. É com a família, que compreende e incentiva as ações solidárias, que todos dividem as satisfações delas advindas.

O atual incentivo e valorização, pela sociedade e Governo, à ação voluntária foi apreendido de forma positiva pelos pesquisados que percebem nela pessoas conscientes e pró-ativas em relação aos problemas da sociedade. Atribuem-lhe, entretanto, papel complementar às políticas sociais do Governo, que não fica desobrigado de suprir as necessidades básicas dos cidadãos.

Assim, no meu entender, o trabalho realizado pelos investigados para o outro tem uma relação intrínseca com o trabalho realizado para si mesmo na medida em que colabora para dar sentido à própria existência. É preservando-se entre os espaços públicos e privados que continuam seu processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento enquanto seres humanos.

Os depoimentos coletados mostram, enfim, que os pesquisados estão contribuindo

do para forjar uma nova imagem da velhice, libertando-a de estereótipos que identificam este período com o passado, inatividade e dependência para uma época de participação, possibilidades e realizações partilhadas com a família e com o outro, para os quais têm-se dedicado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho voluntário, sem dúvida, contribui para que se desqualifiquem quaisquer estereótipos e preconceitos subjacentes às condições de aposentado e velho, ajudando a desenhar uma das possíveis formas de viver o pós-trabalho e a velhice, dando-lhes significado. É, também, uma fonte de realimentação do desenvolvimento e realização pessoais, além de propiciar a continuidade da inserção nos espaços públicos e privados.

Nessa perspectiva, o resultado da análise da pesquisa parece sugerir, como conclusão principal, que as pessoas que construíram a vida apoiada em várias fontes de reconhecimento e valorização podem encontrar mais facilidade para reestruturá-la, pois têm diferentes interesses que lhes fazem sentido. Assim, indivíduos voluntariamente ativos não emergem no momento da aposentadoria e da velhice. Eles foram se construindo ao longo de toda sua história. Ousaria dizer, que eles já têm um passado de ser e estar no mundo que se confirma no presente pela maior disponibilidade de tempo. Assim, o tempo do pós-trabalho e da velhice apenas acentua o altruísmo e a dimensão do trabalho para o outro, baseado em valores de



solidariedade e de religiosidade, traduzidos em uma atitude pró-ativa frente às questões sociais. Há nesta forma de se conduzir socialmente, um traço de generosidade, somado a um sentimento de reciprocidade ideológica e comunitária. Não deixou, entretanto, de existir a dimensão do trabalho para si, pois o voluntariado colabora para dar sentido à existência.

Finalmente, o título deste artigo me leva à consideração de que os sujeitos, social e voluntariamente ativos, são aqueles que efetivamente estão envolvidos com uma das grandes questões da contemporaneidade: as práticas voluntárias. Encontram nelas uma forma saudável de viver a aposentadoria e a velhice, de estar integrado no mundo - esferas pública e privada - abrindo, pois, um espaço possível de atuação e significado que contribui para o reconhecimento de um lugar social e político para o segmento da população que envelhece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDR, H. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense, 1989.
- ARRUDA, R. Uma boa notícia: estão sobrando voluntários. O Estado de São Paulo, 01 nov. 2000. Coluna Internacional.
- BEAUVOIR, S. A velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BIRMAN, Joel. Futuro de todos nós: temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise. In: VERAS, Renato. Terceira Idade. um envelhecimento digno para o cidadão do futuro. Rio de Janeiro: UNATI/ Relume- Dumará, 1995. p. 29-48
- CORRULLÓN, M. B O voluntariado no Brasil. In: Terceiro Setor, Programa Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária, s.d.
- DEBERT, G. G. Pressupostos da reflexão antropológica. Textos didáticos, Campinas: IFCH/UNICAMP, v.1, n. 13, p. 7-30, mar. 1994.
- DEBERT, G. G. e SIMÕES, J. A. A aposentadoria e a invenção da Terceira Idade. Textos didáticos. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, v. 1, n. 13, p. 31-48, mar. 1994.
- FERRIGNO, J. C. Grupos de reflexão sobre o envelhecimento: uma proposta de reconstrução da autonomia de homens e mulheres na Terceira Idade. Gerontologia. São Paulo, v. 6, n. 1, p. 27-33, 1998.
- LOPES, R.G.C. Velhos indignos; uma investigação a respeito do projeto de vida de idosos que se mantêm socialmente ativos. São Paulo: PUC, 1990. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social.
- MAGALHÃES, D.N. A invenção social da velhice. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1987.
- QUEIROZ, M.I. Relatos orais: do "indizível ao dizível". In: VON SIMON (org.) Experimentos com histórias de vida. (Itália- Brasil) Rio de Janeiro: Vértice, 1988.
- SECCO, C.L.T. Além da idade da razão. Longevidade na ficção brasileira. Rio de Janeiro: Graphia, 1994.

Entrevista

Rubem Alves

Nasceu em 1933, em Minas Gerais, na cidade de Boa Esperança, aquela cuja serra Lamartine Babo imortalizou numa canção. Teólogo, filósofo, educador, psicanalista, autor de mais de 50 títulos, dos quais vários para crianças. As reflexões que fazem parte de seus livros, crônicas, pensamentos, tem segundo ele, a "intenção de iluminar com os seus olhos aquilo que todos vêem sem se dar conta disso".

O livro "As cores do crepúsculo - A estética do envelhecer" é uma de suas mais recentes

publicações constituindo-se de crônicas que tem como tema o movimento do tempo e o envelhecimento. "Essa imagem me trouxe grande alegria. Ela dava conteúdo sensível àquilo que eu estava sentindo (...) Eu podia então falar sobre a velhice falando sobre o crepúsculo" (...).

Nesta entrevista, o autor nos convida a percorrer os caminhos das palavras e das sensações na reflexão que faz sobre política, violência, velhice, amor, relacionamento entre as gerações e finitude.

"Albert Camus em 'Cadernos da Juventude' conta que em Atenas havia um templo dedicado à velhice, ao qual os pais levavam seus filhos. (...) Nós vivemos em uma sociedade na qual velho não vale nada (...) não tem valor comercial, é uma lâmpada queimada, é um fósforo riscado. Eu acho que é preciso educar as pessoas para ficarem sábias. Quando elas ficarem velhas, as pessoas vão querer ficar com elas não porque são velhas, mas porque são sábias (...) Sou muito amigo dos jovens, subo montanha com eles, tomo banho de cachoeira (...) Uma coisa a dizer aos moços: vivam sua mocidade de tal maneira que fiquem sábios quando ficarem velhos, para que os moços possam amá-los".



REVISTA A TERCEIRA IDADE - Fale um pouco da sua história, dos seus relacionamentos, dos lugares por onde andou...

RUBEM ALVES - Muitas das coisas sobre a minha infância se encontram em crônicas que já escrevi e que podem ser encontradas na minha homepage: www.rubemalves.com.br. Minha homepage é organizada como uma casa com duas alas. Na porta de uma ala está escrita uma frase latina: "Tempus Fugit", o tempo foge. Na outra, uma outra frase latina "Carpe Diem", colha do dia. Essas duas frases são um resumo da minha filosofia. Na ala "Tempus Fugit" se encontram coisas passadas, que não podem mais ser mudadas. Na ala "Carpe Diem" se encontram as coisas que estão acontecendo: crônicas, entrevistas, livros, coisas novas que estou escrevendo. Por exemplo: na ala "Tempus Fugit" está uma sala com o nome de "Cemitério". Sabe o que está no cemitério? O meu curriculum vitae, ao qual dou o nome de curriculum mortis. Por que o nome de curriculum vitae se nele só se encontram coisas mortas? Há uma sala em que conto a minha história. Lá estão crônicas que escrevi para minhas netas, contando como era a vida na roça onde vivi. Meu pai foi um homem muito rico, mas perdeu tudo no crack da Bolsa de Nova York, em 1930. Mas eu nasci depois do tempo da riqueza. Naquele tempo, quando a pessoa quebrava, ficava quebrada mesmo, não tinha nada. Meu pai perdeu tudo. Ficou absolutamente a zero e foi morar numa fazenda velha que um cunhado lhe emprestou. Fazenda velha em Minas naquele tempo

era uma casa de pau-a-pique, não tinha água, luz elétrica, privada, chuveiro, fogão a gás. Era fogão de lenha. Foi lá que passei parte da minha infância, da qual não tenho uma única recordação triste. Não tinha brinquedos. Mas não tinha importância, o mundo inteiro era um brinquedo: os bichos, os animais, as galinhas, os riachinhos de água limpa. Foi um tempo muito feliz.

REVISTA - Qual foi a cidade?

RUBEM - Foi em Boa Esperança. Boa Esperança é aquela cidade que ficou famosa pela música do Lamartine Babo, "Serra da Boa Esperança". A história dessa canção é muito interessante. Um homem trocista de Boa Esperança, Carlos Neto, fez uma brincadeira com o Lamartine que era considerado o homem mais feio que Deus já havia botado no mundo. Começou a lhe escrever cartas de amor com assinatura de uma mulher inexistente. Um belo dia o Carlos Neto recebeu um telegrama do Lamartine: "Chegarei em tal dia..." Ele ficou desesperado e convenceu a irmã a fazer o papel da mulher que escrevia as cartas. A irmã, quando viu o Lamartine, não quis saber de namoro e chamegos. O romance terminou antes de começar. Aí o Lamartine, possuído por uma grande desilusão amorosa, escreveu a "Serra da Boa Esperança". "Serra da Boa Esperança" nada tem a ver com a dita serra. É uma canção de amor. Não podendo falar sobre a amada, falou sobre a serra...

REVISTA - Até que idade você viveu em Boa

Esperança?

RUBEM - Saí de Boa Esperança bem pequeno ainda. Com uns seis, sete anos de idade. Meu pai percebeu que a sua coisa não era agricultura, cabo de enxada e calos nas mãos. Tornou-se um viajante. Mas, para ser um viajante era necessário morar numa cidade que tivesse trem-de-ferro. Mudamo-nos então para Lambari. Me lembro perfeitamente do dia em que chegamos a Lambari. Na nossa casinha não tinha mesa. Meu pai foi a um armazém, arranhou um caixotão de madeira, tirou uma porta das dobradiças, pôs a porta sobre o caixote, pregou, e aquilo ficou sendo a nossa mesa. Funcionava como uma gangorra. Se aquele que se assentava na cabeceira se apoiasse sobre a mesa corria o risco de levar a terrina de feijão na testa. Os guarda-roupas eram cabos de vassoura que meu pai colocou nos ângulos das paredes. Éramos pobres, mas não tenho nenhuma memória de infelicidade. É possível ser feliz com muito pouca coisa. As crianças sabem disso. Aí meu pai começou a melhorar de vida, mudamo-nos para Três Corações, onde vivemos por seis meses para, a seguir, nos mudarmos para Varginha, cidade maior. Em Varginha vivi seis anos. Foi também um período muito feliz. Na verdade eu pensava que era rico. Meu pai comprou um Plymouth de manivela e um rádio. A compra do rádio movimentou toda a vizinhança. Todo mundo queria ouvir as novelas e as crônicas do Carlos Frias, dando as notícias de guerra: "... e Stalingrado continua a resistir". À tarde os vizinhos se juntavam à porta da nossa casa, alguns assentados em cadeiras de vime,

outros assentados sobre o calcanhar. Um dos mentirosos, comentando sobre a resistência de Stalingrado, afirmou: "Pois é, hoje à meia-noite Stalingrado vai mudar de nome, vai passar a se chamar Hitlergrado". Naquele tempo eu já tinha uma forte consciência crítica e pensava: "Esses homens grandes não têm vergonha de contar tanta mentira?" O fato é que nunca ouvi a contestação: "Mas isso que você está falando é mentira". O comentário apropriado ao final de uma mentira era: "Mas isso não é nada". Com isso uma nova e fascinante mentira se iniciava para o prazer de todos. Como jogar conversa fora sem contar mentiras? Cada mentira era como se fosse uma obra de arte que o falador produzia com as suas palavras, da mesma forma como Picasso produzia quadros mentirosos com as suas tintas. Acho que é dessa familiaridade com o fantástico que nasce a vocação literária dos mineiros. Como disse Guimarães Rosa, "tudo é real porque tudo é inventado..."

REVISTA - E depois de Varginha, para onde você foi?

RUBEM - Meu pai melhorou ainda mais de vida e nos mudamos para o Rio de Janeiro. Aí começou minha infelicidade. Meu pai me colocou num dos colégios mais famosos do Rio de Janeiro, na praia de Botafogo, o Colégio Andrews. Nele estudavam os filhos dos embaixadores, dos médicos famosos, dos ricos. Aí cheguei eu, caipira de Minas, falando "carne" e "mar" do jeito dos piracicabanos... Tornei-me motivo de zombaria. Isso me transformou num solitário. Durante todo o período em que vivi no Rio nunca um

colega meu foi à minha casa. E nem eu queria que fosse. Tomei consciência de que era pobre e caipira. Meus colegas eram ricos e cariocas... Experiência parecida teve Albert Camus que disse que sua infelicidade começou quando entrou para o Liceu. No Liceu começaram as comparações, que são a raiz mais profunda da infelicidade humana. Foi muito sofrimento. Nessa ocasião a comunidade que me acolheu e em que me senti feliz foi uma Igreja protestante, presbiteriana.

REVISTA - Fale mais sobre a sua relação com a Igreja protestante.

RUBEM - A Cecília Meireles tem um verso, no "Cancioneiro da Inconfidência", que diz assim: "Quando a desgraça é profunda, que amigo se compadece?" Rico, meu pai estava sempre cercado de amigos. Ele sempre pagava as contas. Pobre, foi o abandono... Ninguém o visitava, na roça... É perigoso visitar um homem quebrado. Há sempre o perigo de que ele peça dinheiro emprestado. Foi então que um pregador evangélico leigo começou a nos visitar, o sr. Firmino. Ele pregava e nos ensinava hinos bonitos. Um deles dizia "Junto ao trono de Deus preparado há, cristão, um lugar para ti". Mas eu não entendia o "junto ao trono". Pensava que era um homem que se chamava João Totrono... Meu pai tinha também o problema da educação dos filhos. Havia, em Lavras, um internato famoso, para ele vinham estudantes de todo o Brasil - o Instituto Gammon. Os missionários americanos ofereceram bolsas de estudo para meus irmãos. Eu fiquei de fora. Era ainda muito pequeno. A

minha ligação com a Igreja protestante começou, assim, por motivos pragmáticos. Meu pai nunca ligou muito para religião. Ele citava sempre, em meio a risos, o que dizia um pinguço de Boa Esperança, quando advertido sobre os perigos do inferno: "Se Deus ficar com muito enjoamento ele vai acabar sozinho no ceuzinho dele..." Minha mãe também. Pianista, ela acabou sendo organista nas igrejas. Mas não acreditava muito. Toda noite rezava a "Ave Maria", que lhe havia sido ensinada pela escrava laiá que a criara. É mais seguro ter várias religiões ao mesmo tempo... O Riobaldo, do Grande Sertão - Veredas, não desprezava nenhuma: ia ao Kardec, do seu compradre Quelemem, mas não desprezava os metodistas, que se acusavam de pecado e cantavam hinos bonitos... No Rio de Janeiro comecei a ter um desejo enorme de ser pianista. Minha mãe era pianista, e desde criança fui educado ouvindo música erudita. Já me acusaram de ter gostos aristocráticos. Mas, que posso fazer? Por isso tenho medo de que, algum dia, as bases venham a ser consultadas sobre a música a ser ouvida de forma "politicamente correta". Tinha vontade mas não tinha talento. Fracassei. Aprendi, muito mais tarde, que a minha vocação era fazer música com palavras...

REVISTA - Sem democratismos, não é?

RUBEM: Eu sou extremamente sensível às necessidades do povo. As coisas que escrevo dão testemunho disso. O que não quer dizer que eu acredite na inteligência do povo. Afinal de contas, a democracia brasileira é feita pelo voto do povo... As esquerdas são responsáveis

pela idealização do povo. E nisso eu tenho um pouco de culpa porque fui um dos precursores da Teologia da Libertação, para a qual o povo é o agente da libertação da história. Mas, ao ler a Bíblia, descobrimos que ali o povo é muito diferente da idealização que dele fizeram os revolucionários de esquerda. Coitado do Moisés! Subiu ao monte sagrado para receber os Dez Mandamentos das mãos do próprio Deus e, quando voltou, encontrou o seu povo entregue a uma orgia idólatra, adorando um bezerro de ouro. Moisés ficou tão bravo que quebrou as tábuas da lei sobre uma pedra. E a história do profeta Oséias, tão comovente! Casou-se com uma mulher, por quem era apaixonado. Mas a mulher que ele amava gostava mesmo era da prostituição. Sua vida conjugal foi uma sucessão de infidelidades e perdões. Até que ela o abandonou e desapareceu. Um dia, andando pelo mercado de escravos, Oséias viu a mulher que ele amava sendo vendida como escrava. Pois ele a comprou dizendo: "Agora você será minha, para sempre...". O profeta tomou a sua desdita amorosa e a transformou num poema sobre o amor de Deus pelo povo. Povo-prostituta, amado mas indigno de confiança...

REVISTA - Você estava dizendo que gosta muito de música. Que compositores mais o sensibilizam?

RUBEM - Bach, Mozart, Beethoven, Brahms, Chopin, Schumann (a música de Schumann era a alegria de Nietzsche!), Rachmaninoff (o seu concerto n. 3, interpretado por Martha Argerich, é monumental), Mahler, Cesar Franck, Faure (o

seu Requiem é comovente).

REVISTA - Quais são os seus autores preferidos nas diversas áreas de conhecimento: Filosofia, Psicologia, Psicanálise...?

RUBEM _ Nietzsche, Feuerbach, o jovem Marx, Albert Camus, Bachelard, Barthes, Octávio Paz, Fernando Pessoa, Saramago, Guimarães Rosa, Kierkegaard, Unamuno, Milan Kundera, Whitmann, T. S. Eliot, Adélia Prado, Manoel de Barros, Jorge Luis Borges, Angelus Silésius, Lutero, Blake...

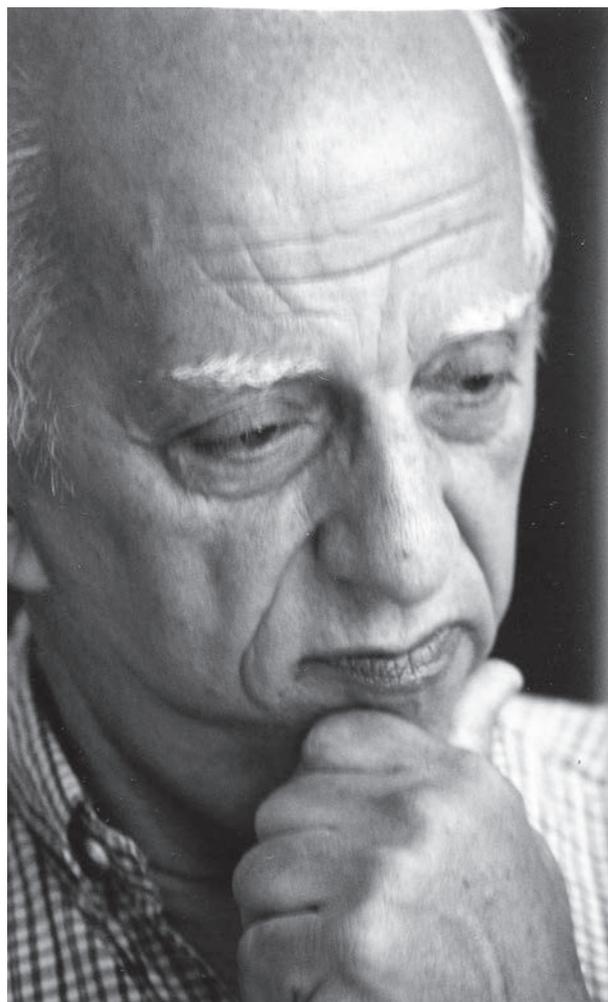
REVISTA - Como você descobriu o seu talento para escrever: foi num momento especial ou foi um processo?

RUBEM - Nunca desejei ser escritor. Nunca me preparei para ser escritor. Sempre fui um péssimo aluno de gramática e análise sintática. Análise sintática tem a função de ensinar os alunos a detestarem a língua; é muito chata. Minha experiência com a literatura foi a seguinte: quando nos mudamos para Varginha meu pai já estava melhorzinho de vida; já tinha o carro com manivela; já tinha um rádio. E nos presenteou com um luxo: entrou como sócio do Clube do Livro, que mensalmente nos enviava um livro. Uns livros horríveis, em papel jornal, cujas folhas tinham de ser abertas com uma faca. Como nós éramos pobres, não freqüentávamos clubes, não fazíamos viagens de férias, havia o tempo vazio. O que fazia eu com meu tempo vazio? Lia os livros que iam chegando, todos livros da literatura universal.

Com 9 anos li “Madame Bovary”. Não entendi nada. Mas li até o fim. E assim fui lendo... Ninguém me mandava ler. Lia porque queria. Na escola também havia algo maravilhoso, de que me recordo com grande prazer: aulas de leitura. A professora lia para os alunos livros fascinantes. Só para o nosso prazer. Não havia nem provas nem testes de compreensão. Não era preciso. Se é preciso um teste de compreensão é porque alguma coisa está errada: o livro está muito além do leitor. Essa é uma coisa que os professores precisam aprender: leitura é algo que se deve fazer por prazer, de forma vagabunda, sem nenhuma obrigação. O teste destrói o prazer.

REVISTA - Quais são suas impressões sobre o leitor brasileiro hoje: o que ele quer, quais as preferências que tem? O brasileiro atualmente lê mais, lê menos?

RUBEM - Não sei quem é o leitor brasileiro. Posso falar sobre os meus leitores. Uma das grandes alegrias que tenho é o contato com os meus leitores! Todo dia recebo dezenas de e-mails. A maior felicidade que tenho é com os adolescentes. Adolescentes, em geral, não gostam de ler. Mas os que me lêem ficam gostando e se tornam meus amigos. O segredo, talvez, esteja em que escrevo curto. Minhas crônicas são fotografias. Uma pessoa que não gosta de ler, se pegar um livro, por melhor que seja, de 200 páginas, achará mais fácil escalar o Everest que chegar ao fim do livro. E há também a minha experiência com as crianças. E com as pessoas que, ao me ler, têm a experiência de comunhão. Gosta-se



de um livro quando o escritor diz aquilo que o leitor sentia, sem ter palavras para exprimir. Na experiência de comunhão o leitor está dizendo: “Eu e o escritor somos iguais”. Bernardo Soares diz que “arte é comunicar aos outros nossa identidade íntima com eles”. As pessoas que não gostam de ler são aquelas que ainda não tiveram experiência com o prazer da leitura. E nisso as escolas não ajudam. Só atrapalham.

REVISTA - De que modo incentivar nas pessoas o gosto pelas leituras?

RUBEM - Já recebi essa pergunta de outro jeito:

como criar o hábito de leitura? Hábito a gente cria para coisas de que não gosta! Como cultivar o hábito de gostar de uma mulher? Isso não é possível. A questão não é desenvolver o hábito da leitura. A questão é ensinar o gozo da leitura. A leitura tem de ser gozosa. Nisso a leitura é semelhante à comida. Essa é uma das missões do professor. Usando uma imagem de Barthes, ele deve ser um mestre do “kama sutra” dos prazeres de ler. Vou contar uma coisa que aconteceu comigo. Um amigo meu tem uma casa em Cabo Frio. Me convidou para ir lá e disse que cinco adolescentes também iriam. Tratei de me proteger! Fui na livraria e procurei uma versão para jovens da *Odisséia* de Homero. Ao fim do primeiro dia de praia, acordados da sesta, os adolescentes estavam perdidos, sem ter o que fazer. Antes que tivessem a idéia de ligar a televisão eu falei de forma autoritária: “Vocês aí, venham cá”. Não consultei as bases. Se fosse consultar, eles votariam pelo futebol ou pelo Faustão. Intimidados, vieram e se asentaram. E comecei a leitura. Foi o fascínio. Dali para frente não me deram mais descanso... A leitura é como surfar. Quem não sabe surfar leva a prancha na cabeça. Ler é surfar sobre as palavras. Mas, para isso, é preciso dominar a técnica. Como é que os moços vão aprender a técnica da leitura, necessária ao prazer da leitura? Ouvindo quem sabe ler.

REVISTA - Não lhe parece que a arte da narrativa se perdeu? Você não acha que a televisão, os meios de comunicação sepultaram-na?

RUBEM - Depois que as pessoas aprendem o prazer da leitura e comparam a leitura com a televisão, se dão conta da pobreza que é a televisão. Quando você está lendo, o imaginário é seu. Você é o diretor de produção do seu filme. Você vai criando as imagens do jeito que você quer. Na televisão você é atropelado pelas imagens, porque o tempo da televisão é rápido. O tempo da leitura é lento. É preciso ler bovinamente, pastando, ruminando...

REVISTA - Como descobriu o seu talento?

RUBEM - Descobri o meu talento no dia em que resolvi romper com a universidade. A universidade é o sepulcro dos escritores, nela não há lugar nem para a arte nem para a literatura. Gabriel Garcia Marques escreveu um texto com conselhos aos jovens que desejam entrar pelo caminho das artes. E o seu conselho inicial é: “Façam ao contrário do que lhes foi ensinado na escola”. A universidade é o mundo cartesiano, onde o que importa são as idéias claras e distintas. Mas, na literatura, o essencial é a música do texto. Essa é a razão porque a poesia não deve ser lida em silêncio. Ela deve ser recitada, para que a sua música seja ouvida. Ler um poema em silêncio é o mesmo que olhar para uma partitura musical sem tocá-la.

REVISTA - Rubem, qual é a sua opinião sobre a conjuntura social, política e econômica mundial? Como você analisa o fenômeno da violência? Internacionalmente estamos choca-

dos com a onda de terrorismo, no Brasil com a onda de seqüestros. Como você se sente diante dessas manifestações de violência? Para você qual é o sentido dessa violência? O ser humano é naturalmente violento, ou é a sociedade que o torna violento?

RUBEM - Um dos grandes teóricos do pensamento sobre a sociedade é o Hobbes, autor do clássico "Leviatã". O problema que o ocupa é o seguinte: como explicar o nascimento e a existência do Estado, posto que o Estado não nasceu naturalmente, tendo sido criado pelos homens. Hobbes se pôs, então, a imaginar (naquele tempo parece que as pessoas eram mais inteligentes; eram capazes de produzir conhecimento com o simples exercício da imaginação, sem as muletas das estatísticas...) como seriam as relações entre os homens antes da existência do Estado: os homens, entregues ao seu desejo, sem limites, sem nada que os iniba. Era a "guerra de todos contra todos". A violência era a regra. Cansados da violência, os homens se puseram a pensar. É sempre assim: é preciso sofrer para pensar... E chegaram à conclusão de que o "cada um por si" não dava certo. Resolveram, então, fazer um pacto: abririam mão das suas vontades individuais, causa da violência, e aceitariam a vontade de um soberano que estabeleceria regras para a vida comum: as leis. Mas, como obrigar os homens a obedecer as leis, se em cada um deles continuava vivo o seu desejo particular? Hobbes afirma: os homens, na sociedade, não são movidos pelo amor e pela razão. Só são movidos pelo medo. Por isso o soberano tem na sua mão a espada: ele usa

a violência da espada para produzir a paz. Na definição de Max Weber, "o Estado é a instituição que detém o monopólio da violência legítima sobre um determinado território." Através do uso da violência legítima o Estado tem de ser capaz de impedir a violência individual. Se o Estado não tem capacidade para controlar a violência, deixa de ser Estado. Será essa a situação do Brasil? Estaremos sem um Estado, à mercê dos criminosos?

REVISTA - Rubem, você tem uma utopia? Que sociedade você visualiza? Uma sociedade ideal como seria realizada?

RUBEM - Eu não tenho uma utopia. Mas o meu pensamento sobre política é sempre inspirado por uma imagem poética, a imagem de um jardim. Para os Gregos, a imagem inspiradora era a da "polis", um espaço protegido onde os homens podiam se dedicar às coisas boas da vida, sem medo. Os hebreus, que eram nômades no deserto, sem lugar fixo, sonhavam com um jardim. Quem vive no deserto sempre espera encontrar o oásis. Jardim, paraíso, lugar onde se realiza o ideal de Marx de "naturalização do homem e humanização da natureza": o homem e a natureza, em harmonia. Por isso digo que "política é a arte da jardinagem aplicada às coisas públicas". O político tem de ter alma de jardineiro...

REVISTA - Como você vê a questão do envelhecimento humano?

RUBEM - Vou alterar sua pergunta: como vejo

a questão do meu próprio envelhecimento? Estou feliz do jeito como estou, por dentro... Nunca estive em tanta paz com as minhas idéias. As idéias nunca me foram tão amigas. Elas me vem com uma abundância que às vezes me sufoca. Não tenho tempo pra escrever tudo o que penso. As idéias - aquilo a que se poderia dar o nome de "alma" - constituem o que, na linguagem dos computadores, tem o nome de "software". Já o "hardware" é o conjunto de coisas físicas que fazem o computador. Também nós temos um "software" e um "hardware". O "hardware do Mike Tyson é fenomenal. Mas o seu "software" é lamentável. É o "software" que torna as pessoas bonitas. É gostoso estar com alguém cujo "software" é inteligente. A velhice é o tempo em que o "hardware" começa a dar mostras de fraqueza: vem a calva, vão-se os dentes, vêm as dores, não se transa mais com o automatismo com que se transava... Uma paciente minha dizia que ela estava vivendo a "hora do suflê". Suflê: todo estufadinho. Mas, de repente, um golpe de ar e puff! Ele murcha. Eu lhe disse, então, que também os homens têm sua "hora do suflê": as coisas que estavam no alto começam a cair... Mas não importa: suflê, mesmo caído, é bom de ser comido... Ao contrário do que acontece com o "hardware", com a velhice o "software" pode ficar mais livre, mais voante. Isso aconteceu comigo. Vôo mais hoje com meus pensamentos do que voava quando era jovem. Isso me faz feliz. O segredo do envelhecer, assim, é a renovação de nossas maneiras de pensar. Dizem que Paganini, o famoso violinista, era capaz de tocar música num violino de uma corda só. Mas há violinos com-

pletos dos quais não sai música alguma. Assim são as pessoas... Velhice: a arte de fazer música num violino de uma corda só... Mas, para isso, há de ser artista... Acho que a grande questão é dar-se conta do tempo em que se vive. Lição das Sagradas Escrituras: "Ensina-me a contar os meus dias de forma a ter um coração sábio..." É preciso perceber que o tempo é curto. Quando percebemos que o tempo é curto ficamos libertos das mesquinhas que freqüentemente tomam conta de nós. Senti que estava velho quando, ao olhar para os meus livros, centenas, milhares, me perguntei: "Vou ter tempo de ler esses livros? Vou querer ler esses livros?" Minha resposta foi: "Não!" Aí o que fiz? Separei os livros que eu amo e quero reler. Os outros, eu os dei. Não havia sentido em guardá-los. Há uma história oriental, zen, que diz assim: Um homem ia por uma floresta, estava muito escuro, e de repente ouviu um rugido terrível. Era um leão. Ele ficou com muito medo e começou a correr. Como estava escuro ele não viu por onde ia e caiu num abismo. No desespero da queda agarrou-se a um galho e ficou pendurado sobre o precipício: lá embaixo, o abismo; em cima, o leão. Olhou então para a parede do precipício e viu uma plantinha com uma frutinha vermelha, um morango. Ele estendeu seu braço, colheu o morango e o comeu. Estava delicioso! Esta é a minha história. Aqueles que gostam de um final claro perguntam logo: "Ele caiu ou não caiu?" Eu respondo: "Você não percebe que o homem é você, que sou eu? Vamos cair. Ainda não caímos. Por enquanto, tratemos de comer os morangos..."

REVISTA - Quando você faz a sua reflexão sobre o envelhecimento, imprime a ela um tom poético. Você acha que os nossos velhos abandonados, perambulando pelas ruas ou asilados, encontram poesia na velhice?

RUBEM - Há um lado da velhice que é muito triste. Sobre isso, leiam o livro da Simone de Beauvoir, "A Velhice". Nunca escrevi sobre esse lado porque, por compulsão inexplicável, fico o tempo todo tentando mostrar os morangos... O meu grande medo é a solidão. Por enquanto tenho a graça de ter muitos amigos. Mas eu acho, talvez por preconceito machista, que as mulheres são mais afortunadas que os homens. Os velhos, quando as mulheres morrem, ficam perdidos. Não sabem o que fazer com a casa. Afinal de contas, nunca foram "donos de casa..." As mulheres, ao contrário, geralmente rejuvenescem quando os maridos morrem. Abre-se a porta da gaiola! Tenho uma opinião herética pela qual os religiosos me amaldiçoarão: acho que todo ser humano tem o direito de dizer: "Chega, já vivi o que eu tinha que viver". A vida humana só é digna de ser vivida enquanto houver a esperança de alegria. Se eu chegar à conclusão de que não há nada para a frente, tenho o direito de escolher que não quero mais viver. Me lembro de um amigo meu, nos Estados Unidos. Era um homem extraordinário, falante, brilhante. De repente teve um derrame, e também a sua mulher. Ficaram os dois numa casa, passando pelas maiores humilhações, incapazes de controlar seus esfíncteres, falando de forma ininteligível, à mercê dos outros. Resolveram, como um casal que se ama, que

era hora de partir. E partiram juntos. Atravessaram a ponte.

REVISTA - Na questão da finitude, da morte, entra mais em cena o psicanalista ou o pastor Rubem Alves?

RUBEM - Para mim, a idéia de "pastor" é a idéia de "cuidar". Não tem nada a ver com profissão eclesiástica. Jesus dizia que muitos pastores eram lobos disfarçados. Eu sou pastor de nascimento. O sofrimento dos outros me faz sofrer. Nesses últimos tempos, especialmente o sofrimento das crianças. Como pastor, trago entre minhas ferramentas de cuidado (como o médico de antigamente levava as suas, na sua valise) o que aprendi nas leituras de psicanálise. Mas não pense que, ao falar sobre psicanálise, estou me referindo aos textos teóricos. Os poetas: eles eram psicanalistas milênios antes de Freud haver dado dignidade filosófico-acadêmica àquilo que eles faziam sem precisar pensar. Fernando Pessoa é um dos meus mestres. O outro é Nietzsche. Sobre ele Freud escreveu que não conhecia nenhuma pessoa que conhecesse tanto sobre a natureza humana. Aconselho a leitura do livro "Quando Nietzsche chorou".

REVISTA - Você concorda que a morte é uma questão interdita, colocada na sombra? Há uma negação da morte?

RUBEM - Para mim uma situação terrível é essa: a pessoa vai morrer, sabe que vai morrer. Deseja compartilhar o seu medo e a sua tristeza com

alguém. Mas o outro, incapaz de falar honestamente sobre a morte, corta a conversa: “Que bobagem. Tire essa idéia da cabeça. Dentro em pouco você estará bem.” Instaure-se o silêncio. Não seria muito mais humano se se dissesse: “Sei que você está com medo de morrer. Eu compreendo. A vida é tão boa. Não quero que você morra. Mas, se isso acontecer, vou estar ao seu lado. E vou sentir muito a sua falta. Mas dentro de algum tempo nos encontraremos, quem sabe, no “tempo da delicadeza”. Existe uma especialidade médica encarregada de ajudar os homens a entrar na vida: os obstetras. Deveria haver uma especialidade encarregada de ajudar as pessoas a sair da vida. Nada a ver com os intensivistas, cuja missão é evitar a partida, e para isso usam os recursos técnicos mais cruéis. Ajudar a pessoa a partir significa conversar com ela; acolher o seu medo. Evitar os consolos. O consolo do céu, por exemplo. Eu não quero ir para o céu. Ninguém quer ir para o céu. Se quisessem não cuidariam tanto da sua saúde. Eu quero ficar. Amo esse mundo. A Cecília Meireles escreveu esses versos: “Eu fico a imaginar se depois de muito navegar a algum lugar, enfim se chega. O que será talvez até mais triste. Nem barco e nem gaivota, mas apenas sobre-humanas companhias”. Já imaginou um céu que não tem barco, não tem gaivota, não tem as palmeiras?! Todo mundo adorando a Deus, aquele narcisista insuportável?! Deus criou o universo e todos os seres para ser adorado. Haverá narcisismo maior? Não sou eu quem diz isso. São os teólogos que afirmam que ele criou o universo para que os homens o adorassem eternamente. Dizer isso de Deus:

haverá ofensa maior? Acho que o castigo eterno que está reservado aos teólogos é passar a eternidade adorando Deus. Isso será o seu inferno.

REVISTA - A propósito, como é que você vê a questão da religiosidade e que relação você estabelece entre religiosidade e envelhecimento? As pessoas, quando velhas, ficam mais religiosas por convicção, medo ou conveniência?

RUBEM - Até Freud tinha uma religião só dele. Ele falava sobre os dois grande deuses que movem o universo: de um lado Eros, o amor. Do outro Thanatos, a morte. É dessas duas fontes que nascem as religiões. Tenho pena das pessoas dominadas por uma religião nascida do medo. Elas se transformam em tartarugas. Mas a religião nascida do amor e da vida nos dá asas. Agora, falando baixinho: tenho a suspeita de que o ataque súbito de religiosidade que freqüentemente acomete os velhos tem suas raízes no medo...

REVISTA - Você acredita em reencarnação?

RUBEM - Digamos assim: eu não gostaria de ir para um céu. Eu gostaria de voltar para a terra. Voltar não para pagar contas pendentes de encarnações passadas. Deus não tem contabilidade. Deus não cobra dívidas. Voltar, pelo prazer de voltar. A alma anda para trás. Ela é movida pela saudade. O amor pede repetição. Ouvir de novo o mesmo poema, dar de novo o mesmo abraço, comer de novo a mesma comida... Os evolucionistas imaginam que o tempo anda para o futuro. Evolução. De uma

coisa estou certo: o tempo da alma, movido pela saudade, caminha para atrás. Por isso dei a um dos meus livros o título de " O retorno eterno..."

REVISTA - Como você relaciona a questão do envelhecimento com a questão da sexualidade?

RUBEM - Você está sendo indiscreto... (risos)

REVISTA - Bem, digamos assim de um ponto de vista mais amplo, impessoal...

RUBEM - A sexualidade dos homens passa por duas fases. Quando se é adolescente o impulso sexual é uma coisa brutal, violenta, como uma erupção vulcânica. O adolescente fica com tesão automaticamente, naturalmente, sem sequer precisar pensar numa mulher. Com o passar do tempo esse impulso irracional se modifica. Se numa primeira fase o corpo é movido por realidades físicas, numa segunda fase é movido por realidades poéticas. Diz-se que os velhos, por causa do envelhecimento físico, perdem a vontade sexual. Discordo. Os velhos perdem a vontade sexual por exaustão poética, monotonia, enfado, chatice. Perdem o olhar de criança. Enquanto existir dentro de nós uma criança, a sexualidade vai ser um dos nossos brinquedos. O que mais me comoveu no filme Dr. Jivago não é o amor do Jivago pela Lara. É uma cena, num trem que atravessava os campos gelados: todos dormindo. Um velhinho, bem velhinho, delicadamente beija o rosto da sua velhinha adormecida.

REVISTA - Uma questão que está ligada à sexualidade é a da afetividade. Como você relaciona envelhecimento, sexualidade e afetividade?

RUBEM - Há casos em que dois velhos ficam juntos porque o seu prazer é fazer o outro infeliz. Já propus uma mudança nas palavras da liturgia: em vez de "até que a morte os separe", "até que a casa os separe." A casa é a grande responsável pelas separações. Na casa os amantes são obrigados a viver juntos. Aí começam os esbarrões, as implicâncias, as intolerâncias, as vigilâncias, os pedidos de explicações. Não há amor que agüente rabugice. Quero contar uma história verdadeira de amor. Foi-me relatada por um médico, meu amigo, sobre o seu tio. O tio, quando adolescente, fora apaixonado por uma jovem. Aí ficou tuberculoso. No início do século, a tuberculose era sinônimo de morte. Foi para um sanatório onde ficou por quatro anos. Durante esse período a moça, premida pelos pais, casou-se com outro homem. Nunca mais se viram. Quando ele estava com 76 anos, ficou viúvo. Quando ele estava com 79 e ela com 76, ela ficou viúva. E ficou sabendo que ele estava vivo. Ficou roída de curiosidade. Foi procurá-lo. Se encontraram e ficaram perdidamente apaixonados, como na adolescência. Resolveram se casar. Os filhos protestaram. Velho não deve pensar em amor. É obsceno... Eles ignoraram os filhos. Ela morava em São João da Boa Vista, ele morava em São Paulo. Casaram-se e foram morar em Poços de Caldas. O velho se transfigurou, virou poeta, ficou feliz. Tocava violino. Mas o seu violino ficara por há 40 anos em cima do guarda-roupa porque a primeira mulher não

gostava de violino. Mandou reformá-lo, entrou para uma orquestra e disse: "Se eu viver com essa mulher dois anos, minha vida terá valido a pena". Mas, ele amou tanto que não agüentou dois anos, morreu antes. Achei tão bonito que escrevi uma crônica: "E os velhos se apaixonarão de novo". Um mês depois recebi um telefonema: "Professor Rubem Alves, quero agradecer ao senhor a linda crônica que o senhor escreveu. O senhor já deve saber quem está falando: é a viúva." E por 40 minutos ela me contou a história daquele ano de amor. Ao final ela terminou com essa declaração maravilhosa: "Pois é, professor, nessa idade a gente não mexe muito com as coisas do sexo. A gente vivia de ternura."

REVISTA - Essa história lembra a do amor entre os dois velhos do romance "Nos Tempos do Cólera", de Gabriel Garcia Marquez.

RUBEM - Mas é claro! Nessa crônica mencionei não só o amor do Fiorentino Ariza pela Firmina Daza, que tinha casado com o Dr. Urbino, como também o caso do poeta T. S. Eliot que só encontrou o seu amor quando tinha 68 anos de idade. Isso é não literatura. Acontece na vida...

REVISTA - Que diferença há no modo de homens e mulheres envelhecerem?

RUBEM - Acho que as mulheres envelhecem muito melhor do que os homens. A razão para isso, se entendo corretamente, é a seguinte: as mulheres estão ligadas à casa. A casa é o seu espaço. São as "donas de casa". Alí é o seu domínio, fazem as suas coisas. Mas os

homens viveram a vida toda fora da casa. Aquele não é o seu espaço. São intrusos. Lembro-me, da minha infância, as mulheres em Minas expulsando seus maridos da casa nas manhãs de sábado com as palavras: "Lugar de homem é na rua". Alí, o que acontece? O homem morre, por não ter um espaço seu. Sem um espaço que seja seu resta-lhe jogar dominó, ver televisão e morrer. A aposentadoria pode ser letal.

REVISTA - Você costuma falar da aposentadoria como época de desfrute. Você acha que o aposentado brasileiro está tendo do que desfrutar?

RUBEM - Há, evidentemente, o problema da falta do dinheiro. Pobreza. Mas há um outro problema, interior. Não fomos educados para viver com simplicidade. Viver com simplicidade é a essência da sabedoria. Vivi minha infância em condições de grande pobreza. Mas dela não tenho nenhuma memória infeliz. Albert Camus dizia que a vida feliz é uma vida pobre, sem ser miserável. Grande parte da infelicidade dos velhos tem a ver com a comparação que é a origem da nossa desgraça. Comparamo-nos com aqueles que têm demais. É da comparação que nasce a inveja. E a inveja estraga qualquer vida. Não fomos educados para ser criativos por conta própria. Parece que precisamos de um chefe que nos dê ordens...

REVISTA - Como é que você observa o relacionamento entre pessoas de diferentes idades? Acha que existe na nossa sociedade um distan-

ciamento entre jovens e velhos, ou até mesmo um conflito de gerações?

RUBEM - Observe as famílias num restaurante. O velho fica no lugar de honra, a cabeceira. Que é o lugar mais longe. Todos conversam entre si. Não se dirigem ao velho. Ele não faz parte. É apenas um observador. Ausente. Já "embarcou na canoa e foi para a terceira margem do rio". Esse exílio do velho, essa solidão em meio a muitos, é o início da sua morte. É uma pena porque os velhos têm tantas histórias interessantes para contar. No momento estou escrevendo uma série de crônicas para as minhas netas em que conto como era a minha vida de menino...

REVISTA - Você acha possível integrar gerações? A nossa sociedade um dia vai estar propícia aberta para esse tipo de coisa ou esse distanciamento de gerações veio para ficar?

RUBEM - Tenho dificuldades em lidar com conceitos que lidam com grandes grupos como "geração", "classe social", "povo"... Acho, honestamente, que essa é uma questão individual, pessoal. Há velhos que são rabugentos e chatos, como há velhos que são deliciosos e sábios. Como há adultos que são intolerantes e faladores e há adultos que cultivam a virtude da paciência e do ouvir. De qualquer forma, acho que seria educativo pensar no que disse Albert Camus, nos seus "Cadernos da Juventude". Ele disse que em Atenas havia um templo dedicado à velhice, ao qual os pais levavam seus filhos. Talvez tenhamos de começar a erguer templos

dedicados à velhice...

REVISTA - Se você pudesse falar alguma coisa para os jovens, se eles todos pudessem escutá-lo nesse momento, o que você diria a eles?

RUBEM - Eu diria "Carpe Diem". Não joguem fora o presente. Colham os morangos, enquanto for possível. Mas lembrem-se de que a velhice virá mais cedo do que se pensa. E só há uma forma de viver a velhice com alegria: se nos tornarmos sábios no presente. Recordo o dito pelo escritor sagrado: "Ensina-me a contar os meus dias de tal maneira que alcance um coração sábio..."



CONSELHO REGIONAL DO SESC DE SÃO PAULO
1999-2002

Presidente

Abram Szajman

Efetivos

Antonio Funari Filho

Cícero Bueno Brandão Júnior

Eduardo Vampré do Nascimento

Eládio Arroyo Martins

Fernando Soranz

Ivo Dall 'Acqua Júnior

José Maria de Faria

José Serapião Júnior

Luciano Figliolia

Manuel Henrique Farias Ramos

Orlando Rodrigues

Paulo Fernandes Lucânia

Roberto Bacil

Walace Garroux Sampaio

Suplentes

Amadeu Castanheira

Arnaldo José Perialini

Henrique Paulo Marquesin

Israel Guinsburg

Jair Toledo

João Herrera Martins

Jorge Sarhan Salomão

José Kalicki

José Maria Saes Rosa

José Santino de Lira Filho

Mariza Medeiros Scaranci

Mauro Zukerman

Rafik Hussein Saab

Valdir Aparecido dos Santos

Representantes do Conselho

Regional Junto ao Conselho Nacional

Efetivos

Abram Szajman

Euclides Carli

Raul Cocito

Suplentes

Aldo Minchillo

Manoel José Vieira de Moraes

Ubirajara Celso do Amaral Guimarães

Diretor do Departamento Regional

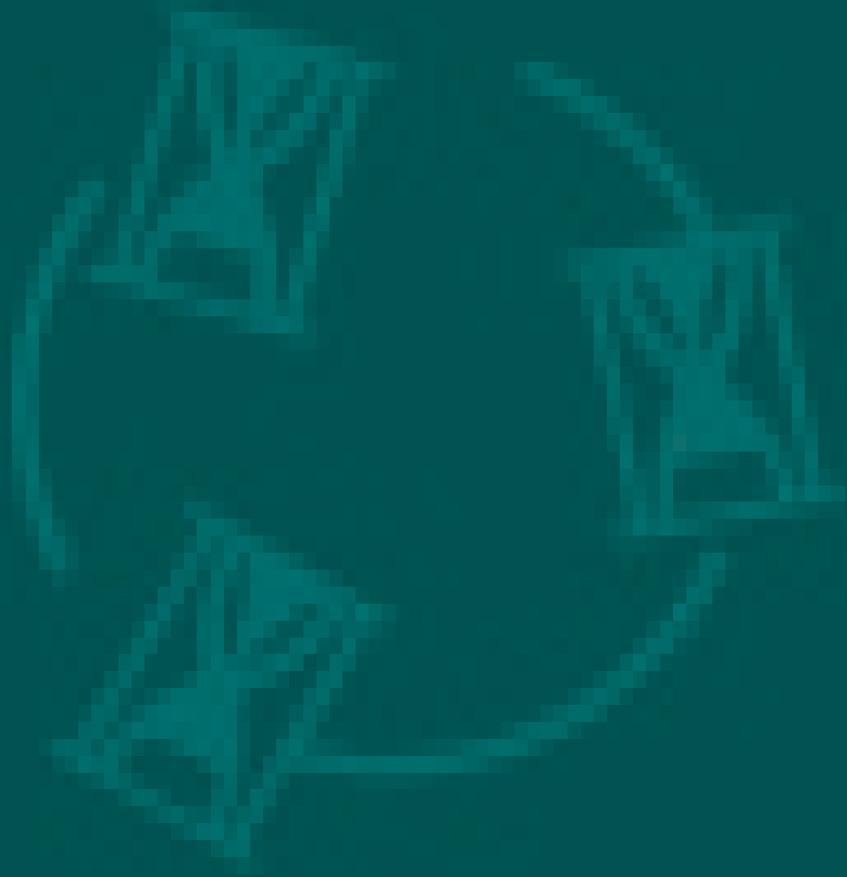
Danilo Santos de Miranda

SESC
SÃO PAULO

O SESC – Serviço Social do Comércio é uma instituição de caráter privado, de âmbito nacional, criada em 1946 por iniciativa do empresariado do comércio e serviços, que a mantém e administra. Sua finalidade é a promoção do bem-estar social, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento cultural do trabalhador no comércio e serviços e de seus dependentes – seu público prioritário – bem como da comunidade em geral.

O SESC de São Paulo coloca à disposição de seu público atividades e serviços em diversas áreas: cultura, lazer, esportes e práticas físicas, turismo social e férias, desenvolvimento infantil, educação ambiental, terceira idade, alimentação, saúde e odontologia. Os programas que realiza em cada um desses setores têm características eminentemente educativas.

Para desenvolvê-los, o SESC SP conta com uma rede de 26 unidades, disseminadas pela Capital e Interior do Estado. São centros culturais e desportivos, centros campestres, centro de férias e centros especializados em odontologia, turismo social e cinema.



SESC

www.sescsp.org.br

0800-118220